



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**TEREZA DE BENGUELA: MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA QUILOMBOLA E A
LUTA PELA LIBERDADE (1700-1770)**

CLEILTON DA SILVA ALVES

MONOGRAFIA - GRADUAÇÃO

GOIÂNIA

2025

CLEILTON DA SILVA ALVES

**TEREZA DE BENGUELA: MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA QUILOMBOLA E A
LUTA PELA LIBERDADE (1700-1770)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado como requisito para obtenção do título de
Licenciado em História. Curso de História
pertencente à Escola de Formação de Professores e
Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo José Reinato

GOIÂNIA

2025

CLEILTON DA SILVA ALVES

**TEREZA DE BENGUELA: MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA QUILOMBOLA E A
LUTA PELA LIBERDADE (1700-1770)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado como requisito para obtenção do título de
Licenciado em História. Curso de História
pertencente à Escola de Formação de Professores e
Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo José Reinato

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo José Reinato
Orientador/Presidente

Prof. Me. Maria Madalena Queiroz
Examinador/Avaliador

GOIÂNIA
2025

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as mulheres que, ao longo da história, lutaram e continuam lutando por justiça e igualdade. Também dedico de forma muito especial à minha avó Raimunda Ferreira Barbosa (Mãe Raimundinha) (*in memoriam*) que foi verdadeiramente uma guerreira. A todos os professores do Colegiado do Curso de História da Puc-Goiás que de algum modo participaram do processo da minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por mais esta etapa vencida, uma etapa da vida que jamais esquecerei. De modo muito especial, quero agradecer a minha esposa, Deise da Rocha Marinho por todo o seu apoio e incentivo. Agradeço a minha família, meu pai José Francisco Machado Alves, a minha mãe Francisca Ferreira da Silva e a minha irmã Cleany da Silva Alves, pessoas muito especiais em minha vida.

Gostaria também de deixar meu agradecimento especial a minha professora orientadora no TCC I, a professora Simone Cristina Schmaltz de Rezende e Silva que me ajudou bastante, principalmente no que se refere a escolha do tema. Quero também deixar meus agradecimentos ao professor Eduardo José Reinato que me orientou no TCC II, e fez um excelente trabalho. Também a professora Maria Madalena Queiroz por ter aceitado fazer a leitura deste trabalho, e obviamente pelo convívio ao longo dos dois anos de Estágio sob sua supervisão, desde o estágio I, ao estágio IV. Aos meus amigos Clemilson Batista e Darci Leal, pessoas muito valorosas. Também agradeço aos colegas de curso que estiveram presentes nesta jornada. Agradeço a Ana Clara Duarte, Gabriel Moraes, Gláucia Hellen Maia, Jordana França, Larissa Ribas, Marcos Ribeiro, Matheus Pires, Rafael Bueno, Rafael, Belarmino, Rian Gonçalves, Vinícius Guimarães, Vinícius Rios e Yasmin Barreto, obrigado pela parceria. Por fim, agradeço a todos os meus professores do Colegiado do curso de História da Puc-Goiás pelos ensinamentos, sintam-se todos cumprimentados.

*A principal tarefa do historiador não é julgar,
mas compreender, mesmo o que temos mais
dificuldade para compreender.*

HOBBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: O Breve Século XX:
1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 13.

RESUMO

Este estudo analisa a trajetória de Tereza de Benguela, líder do Quilombo de Quariterê, no Brasil colonial, entre meados do século XVIII (1700-1770). A pesquisa busca compreender o protagonismo feminino nas resistências quilombolas, destacando as estratégias de liderança de Tereza, seu papel na luta contra o sistema escravista e o legado que deixou para a história afro-brasileira. Com base em uma abordagem qualitativa e historiográfica, fundamentada na história das mulheres. As evidências históricas apontam que Tereza de Benguela liderou o quilombo por cerca de vinte anos, organizando estruturas políticas, econômicas e de defesa autônomas. Sua liderança desafia as normas patriarcais do período e revela o papel central das mulheres negras na resistência. O estudo também discute o apagamento de sua memória, posteriormente resgatada por movimentos sociais e pela historiografia. A instituição do 25 de julho como Dia Nacional de Tereza de Benguela simboliza a permanência de sua luta. Conclui-se que a trajetória de Tereza ilumina o passado colonial e inspira reflexões contemporâneas sobre igualdade racial, de gênero e justiça social.

Palavras-chave: Tereza de Benguela; Quilombos; Resistência; Mulheres negras; História colonial.

ABSTRACT

This study analyzes the trajectory of Tereza de Benguela, leader of the Quilombo de Quariterê in colonial Brazil, between the mid-18th century (1700-1770). The research seeks to understand the protagonism of women in quilombo resistance, highlighting Tereza's leadership strategies, her role in the fight against the slave system, and the legacy she left for Afro-Brazilian history. Based on a qualitative and historiographical approach, grounded in women's history, historical evidence indicates that Tereza de Benguela led the quilombo for about twenty years, organizing autonomous political, economic, and defense structures. Her leadership challenges the patriarchal norms of the period and reveals the central role of Black women in resistance. The study also discusses the erasure of her memory, later recovered by social movements and historiography. The establishment of July 25th as Tereza de Benguela National Day symbolizes the permanence of her struggle. In conclusion, Tereza's story illuminates the colonial past and inspires contemporary reflections on racial and gender equality and social justice.

Keywords: Tereza de Benguela; Quilombos; Resistance; Black women; Colonial history.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – O QUILOMBO DE QUARITERÊ: ORGANIZAÇÃO, CULTURA E RESISTÊNCIA	17
1.1 LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO HISTÓRICO	23
1.2 ESTRUTURA SOCIAL E CULTURA DO QUARITERÊ	29
1.3 DEFESAS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA	31
1.4 SIGNIFICADO HISTÓRICO DO QUILOMBO DE QUARITERÊ	32
CAPÍTULO 2 – TEREZA DE BENGUELA: LIDERANÇA FEMININA E RESISTÊNCIA QUILOMBOLA.....	36
2.1 TRAJETÓRIA E ASCENSÃO DE TEREZA DE BENGUELA COMO LIDERANÇA QUILOMBOLA	44
2.2 TEREZA DE BENGUELA: SUA ATUAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E DEFESA DO QUILOMBO.....	49
2.3 RESISTÊNCIA À OPRESSÃO: ENFRENTAMENTO AO SISTEMA COLONIAL E ESCRAVISTA	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65

INTRODUÇÃO

A história do Brasil colonial (1500-1822) foi marcada pela exploração, pela violência e pela resistência de diversos grupos sociais diante do sistema escravista e da dominação portuguesa. Entre esses grupos, os quilombos se consolidaram como espaços de liberdade, refúgio e organização política, desafiando a ordem estabelecida e propondo modelos alternativos de sociabilidade. Nesse cenário, destaca-se o Quilombo do Quariterê¹, conhecido também como Quilombo do Piolho², no qual a liderança de Tereza de Benguela³, mulher negra que governou e administrou o Quilombo do Quariterê, na região de Mato Grosso⁴, no século XVIII, sendo um dos mais notáveis exemplos de protagonismo feminino na história da resistência quilombola⁵.

O estudo da trajetória de Tereza de Benguela é fundamental não apenas para compreender o contexto colonial brasileiro, mas também para reconhecer a participação das mulheres negras na construção de processos de resistência e de liberdade. Como ressalta Pinsky (2010), a escravidão no Brasil deve ser entendida para além da dimensão econômica, pois se tratou de um sistema de dominação que estruturou relações sociais, políticas e culturais de forma profunda e duradoura. Nessa estrutura, as mulheres negras foram duplamente oprimidas, tanto pela condição de gênero quanto pela condição racial, mas, também desempenharam papéis centrais nas estratégias de sobrevivência e de luta das comunidades na qual pertenciam.

A figura de Tereza de Benguela rompe com a invisibilidade a que muitas mulheres foram submetidas na historiografia tradicional. Segundo Rodrigues (2015), a chamada “Rainha do Quilombo Grande” exerceu um governo de aproximadamente duas décadas, organizando o

¹ Quilombo Grande (ou do “Piolho”, como era conhecido em 1795). (Rodrigues, 2015).

² Localizado na região mato-gossense, na serra dos parecis, vizinhança dos guaporé e do arraial de Vila Bela, à margem do rio que lhe deu o nome, foi denominado, posteriormente, quilombo da Carlota. (Moura, 2004).

³ Matriarca quilombola, uma das principais personagens do cenário de resistência e de luta mato-grossense. Vivenciou no Estado de Mato Grosso, nas margens do rio Guaporé, no qual está localizado na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, a que foi primeira capital do estado de Mato Grosso dos anos de 1752 à 1820, Vila Bela teve um grande destaque político e econômico, garantindo a expansão e preservação do território fronteiriço. Fora esposa de José Piolho, que chefiava o Quilombo do Piolho. (Lacerda, 2019).

⁴ Em determinadas partes do texto, o termo “Mato Grosso” é considerado anacrônico, pois, no século XVIII, essa designação correspondia a uma região ainda indefinida, com limites incertos e terras pouco exploradas pelos colonizadores. Assim até 1748, essa área estava subordinada à Capitania de São Paulo, cujas fronteiras eram imprecisas e mal delimitadas. Logo, a ocupação colonial acontecia de forma dispersa, com núcleos distantes entre si. Dessa forma, com a criação da Capitania de Mato Grosso, em 1748, iniciou-se um processo mais sistemático de ocupação, embora o território permanecesse com limites vagos, abrangendo, de modo aproximado, o que hoje compreende os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. (Grifo do autor).

⁵ Também chamado calhambola, era o habitante do quilombo. Sua maioria era ex-escravos que fugiam das fazendas ou das minas e se agrupavam a um grupo já existente nas matas. Embora grande parte fosse negra, ali também morava e atuava brancos foragidos, índios, mamelucos, procurados pela justiça e toda uma camada de perseguidos pela sociedade escravista. (Moura, 2004).

quilombo, fortalecendo alianças⁶ entre africanos e indígenas e criando uma estrutura política que assegurava a coesão da comunidade. Sua atuação exemplifica como os quilombos não foram apenas espaços de fuga, mas verdadeiras alternativas de organização social, cultural e política frente à opressão colonial. Além disso, estudos recentes sobre a fronteira oeste da colônia, como os de Lordelo (2019), apontam que os quilombos do Mato Grosso estavam inseridos em uma rede de relações que envolvia indígenas, escravizados fugidos e homens livres, desafiando constantemente as autoridades portuguesas e espanholas. Nessa perspectiva, o Quilombo do Quariterê, liderado por Tereza de Benguela, deve ser entendido dentro desse contexto de fronteira, onde resistência, contrabando, alianças e conflitos se entrelaçavam.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar o protagonismo de Tereza de Benguela como mulher no contexto colonial, explorando sua liderança política e o impacto de sua participação nas resistências quilombolas. Também se deterá em investigar as formas de participação das mulheres nos movimentos de resistência, avaliar o impacto das ações de Tereza de Benguela na luta contra o sistema escravista, discutir as mudanças sociais e políticas resultantes de sua liderança e refletir sobre seu legado para a valorização da história e da cultura afro-brasileira.

Assim, este estudo busca contribuir para a valorização da memória de mulheres negras que marcaram a história do Brasil, em especial Tereza de Benguela, reconhecendo seu papel na luta por liberdade e sua importância como símbolo de resistência até os dias atuais. A análise de sua trajetória permite compreender melhor as dinâmicas de poder, resistência e organização social no período colonial, ao mesmo tempo em que promove uma reflexão crítica sobre o presente e as lutas contemporâneas das mulheres negras no Brasil ou o povo negro de modo geral. Nesse sentido, a formação histórica do Brasil está profundamente ligada ao regime escravista, responsável por estruturar não apenas a economia colonial, mas também as relações sociais, políticas e culturais que atravessam séculos e ainda hoje influenciam a realidade brasileira. Desde o início da colonização, a escravidão foi o alicerce da exploração econômica, primeiro com a mão de obra indígena e, posteriormente, com a importação⁷ massiva de africanos. De acordo com Pinsky (2010), o sistema escravista não pode ser compreendido apenas como um modelo de produção, mas como uma forma de

⁶ Acordo formal ou simbólico que une partes em prol de objetivos comuns, moldando relações de poder, sociedade e cultura ao longo do tempo. (Grifo do autor).

⁷ A palavra importação, é uma palavra que se utiliza bastantes em áreas como economia e afins. Porém, para o contexto do texto pode soar como anacronismo, mas serve para facilitar a compreensão de como que os negros eram tratados pela coroa portuguesa, como objetos. Assim, a palavra demonstra a crueldade do sistema escravista. (Grifo do autor).

relacionamento social, marcada pela dominação de um ser humano sobre outro. Essa estrutura de exploração e violência produziu resistências, entre as quais os quilombos se destacaram como espaços de luta e de construção de novas formas de sociabilidade. Sobre o sistema escravista, Pinsky, (2010) acrescenta.

A escravidão se caracteriza por sujeitar um homem ao outro, de forma completa: o escravo não é apenas propriedade do senhor, mas também sua vontade está sujeita à autoridade do dono e seu trabalho pode ser obtido até pela força. Esse tipo de relação não se limita, pois, à compra e venda da força de trabalho, como acontece, por exemplo, no Brasil de hoje, em que o trabalhador fornece sua força de trabalho ao empresário por um preço determinado, mas mantém sua liberdade formal. Na escravidão, transforma-se um ser humano em propriedade de outro, a ponto de ser anulado seu próprio poder deliberativo: o escravo pode ter vontades, mas não pode realizá-las. (Pinsky, 2010, p. 11).

Dentro desse quadro de resistência, a trajetória de Tereza de Benguela ocupa um lugar singular. Conhecida como a Rainha do Quilombo⁸ ou do Quilombo Grande, ou seja, uma grande comunidade quilombola com um grande número de famílias e uma forte presença territorial, como os Kalungas, que conforme Oliveira (2021) trata-se uma comunidade de negros originalmente formada por descendentes de escravos que fugiram do cativeiro e organizaram um quilombo há muito tempo, na região da Chapada dos Veadeiros, no norte de Goiás, considerada a maior comunidade quilombola remanescente do Brasil. No que se refere ao Quilombo de do Quariterê, localizado na região do Vale do Guaporé, no atual Mato Grosso, foi liderado por Tereza de Benguela por aproximadamente vinte anos, uma das mais notáveis experiências de organização quilombola do período colonial. Sua liderança política e militar, sua capacidade de articulação entre africanos, afrodescendentes⁹ e indígenas, e sua firmeza diante da repressão colonial transformaram-na em símbolo de resistência e liberdade. Desse modo, Tereza de Benguela, mais do que uma chefe quilombola, tornou-se referência para a compreensão do protagonismo feminino na história do Brasil.

É importante destacar que a presença feminina na história colonial brasileira foi frequentemente invisibilizada por numerosos fatores, entre eles o contexto social e historiográfico que relegava as mulheres a papéis secundários ou ausentes nos registros

⁸ Refere-se a uma mulher que assume uma posição de liderança, política, econômica e de segurança dentro de um quilombo. (Griffo do autor).

⁹ Qualquer pessoa que tenha ascendência africana, ou seja, que descende de africanos. O termo abrange descendentes do tráfico transatlântico de escravos e também aqueles de origem africana que imigraram mais recentemente para as américas. (Griffo do autor).

históricos oficiais. A historiografia tradicional tende a silenciar a participação das mulheres, apresentando-as quase sempre de forma secundária. Desse modo, conforme Oliveira (2021) ressalta no contexto do Brasil colonial, as mulheres exerceram papel de relevância nesse contexto, pois.

O período selecionado é compreendido como formação da história brasileira, e nos induz a investigar se houve participação das mulheres na construção das narrativas e de que forma contribuíram para história do Brasil. Entretanto, quando ocorrem debates sobre a mulher, emerge uma historiografia que traz à tona a imagem do feminino reconstruída a partir da ótica que a via presa a um tipo de representação, como um ser despossuído de identidade e reflexo do homem tendo em vista o caráter de submissão a que eram submetidas. (Oliveira, 2021, p. 465).

Por isso, compreender suas trajetórias possibilita o resgate de uma dimensão histórica que por muito tempo foi marginalizada, contribuindo de maneira significativa para desconstruir as visões tradicionais que as retratavam como figuras passivas sem capacidade ou domínio relevantes na vida social e política. Dentro deste contexto, segundo Del Priori (2004), a mesma afirma que:

As mulheres sofreram o maior ônus, já que exerciam seus afazeres na própria moradia, agora mais cara e com cômodos reduzidos. Aí exerciam os desvalorizados trabalhos domésticos, fundamentais na reposição diária da força de trabalho de seus companheiros e filhos; como ainda produziam para o mercado, exercendo tarefas como lavadeiras, engomadeiras, doceiras, bordadeiras, floristas, cartomantes e os possíveis biscates que surgissem. Nessas moradias desenvolviam redes de solidariedade que garantiam a sobrevivência de seus familiares. (Del Priori, 2004, p. 305).

No que se refere a esse silêncio histórico, vale ressaltar que há um padrão que reflete o poder e uma construção social de inferioridade feminina, que limita o reconhecimento do protagonismo das mulheres, mesmo quando atuavam em papéis sociais, políticos ou econômicos relevantes, preconceito historiográfico que idealiza a mulher como figura passiva, distorcendo a compreensão real de seu papel social e político. No entanto, como ressaltam algumas pesquisas da historiográficas de gênero, desde a década de 1970, a história das mulheres tornou-se um campo legítimo de estudo, problematizando o silenciamento e resgatando experiências antes marginalizadas. Conforme Perrot (2017), uma das pioneiras da história das mulheres, afirma que durante muito tempo, a mulher foi o grande ausente da história, e quando aparecia era apenas em papéis secundários, ligados à esfera doméstica. Ainda nessa perspectiva do protagonismo das mulheres, acerca da história das mesmas, Scott (1992) afirma que:

A história das mulheres apareceu como um campo definível principalmente nas duas últimas décadas. Apesar das enormes diferenças nos recursos para ela alocados, em sua representação e em seu lugar no currículo, na posição a ela concedida pelas universidades e pelas associações disciplinares, parece não haver mais dúvida de que a história das mulheres é uma prática estabelecida em muitas partes do mundo. (Scott, 1992, p. 63).

Sobre essa temática, Soihet (1997), complementa.

A história positivista, a partir de fins do século XIX, provoca um recuo nessa temática, em função de seu exclusivo interesse pela história política e pelo domínio público. Privilegiam-se as fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais as mulheres pouco aparecem. A Escola dos Annales, por sua vez, busca desvencilhar a historiografia de idealidades abstratas, preferindo voltar-se para a história de seres vivos, concretos, e a trama de seu cotidiano, em vez de se ater a uma racionalidade universal. Embora as mulheres não fossem logo incorporadas a historiografia pelos Annales, estas, porém, contribuem para que isto se concretize num futuro próximo. [...]. (Soihet, 1997, p. 400).

Desse modo, a recuperação da trajetória de mulheres como Tereza de Benguela, portanto, insere-se nesse esforço de recontar a história a partir de perspectivas que desafiam as narrativas dominantes. Por isso, a vida de Tereza de Benguela revela não apenas a resistência à escravidão, mas também a construção de alternativas políticas e sociais. Nesse sentido, a liderança de Tereza de Benguela desafiava a ordem escravista e patriarcal, mostrando que as mulheres também desempenhavam papéis de liderança política e militar.

Outro aspecto relevante é o contexto de fronteira em que se localizava o Quilombo do Quariterê. Segundo Lordelo (2019), a região do Mato Grosso, na divisa com Bolívia e Paraguai, era marcada por constante circulação de pessoas indígenas, escravizados fugidos, soldados desertores e comerciantes, o que favorecia tanto o contrabando quanto a formação de comunidades autônomas. Essa condição de fronteira aumentava os conflitos com as autoridades coloniais portuguesas e espanholas, mas também oferecia oportunidades para alianças estratégicas. Nesse cenário, Tereza de Benguela e sua comunidade se inserem como exemplo de como as populações subalternizadas ou inferiorizadas se reorganizaram para sobreviver, resistir e afirmar a autonomia da localidade.

Nesse seguimento, a luta de Tereza de Benguela também deve ser compreendida no âmbito mais amplo das resistências negras no Brasil colonial. Como lembra Zamariam; Leocádio; Pereira (2018), a escravidão gerou inúmeros movimentos de resistência, desde as fugas individuais até as grandes rebeliões coletivas, revelando que os escravizados nunca

aceitaram passivamente a condição que lhes era imposta. Dessa forma, a trajetória de Tereza de Benguela conecta-se a uma longa tradição de luta pela liberdade, marcada pela coragem, pela organização e pela determinação das populações negras.

Em vista disso, este estudo se justifica, portanto, pela necessidade de reconhecer o papel das mulheres negras na história do Brasil, em especial aquelas que, como Tereza de Benguela, desafiaram simultaneamente as estruturas de raça, gênero e classe impostas pela sociedade colonial. Ainda hoje, como destaca Pinsky (2010), a herança da escravidão permanece presente nas desigualdades sociais e raciais brasileiras. Moura, (2020) vai mais além e afirma que a questão racial é essencialmente política e não apenas científica.

Como vemos, a chamada “questão racial” não pode ser compreendida se a interpretarmos como uma questão meramente científica, cuja solução será encontrada pelos antropólogos entre as quatro paredes de um laboratório ou nas salas de congressos de especialistas. Pelo contrário. Devemos partir de uma posição crítica radical, através da reformulação política, da modificação dos polos de poder, especialmente das áreas do chamado Terceiro Mundo. (Moura, 2020, p. 28).

Dessa forma, resgatar a memória dessas lideranças é não apenas um ato de justiça histórica, mas também uma contribuição para os debates contemporâneos sobre igualdade, identidade e valorização da cultura afro-brasileira¹⁰.

Nessa perspectiva, que norteou a pesquisa deste trabalho será conduzida a partir de uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise histórica e social e até política, visando compreender o papel das mulheres, dentro do contexto colonial, por meio do estudo da figura da Tereza de Benguela e sua participação nos movimentos de resistência quilombola (1700-1770). Portanto, para a pesquisa deste trabalho, será abordado e pesquisado os conceitos relacionados a resistência quilombola, especialmente o contexto feminino, as mulheres, a questão política na sociedade colonial visando uma das estratégias de liderança e organização dos quilombos e da sociedade em geral, para que dessa forma o objeto a ser estudado possa ser evidenciado dentro do contexto. Pois referentes aos quilombos e o “ser quilombolas tem o ônus de conviver em meios de elaborações deturpadas em relação aos mesmos e com estigmas produzidos sobre os quilombos” (Santos, 2019, p. 47).

No que se refere ao objeto de pesquisa, o mesmo trata de Tereza de Benguela, para que

¹⁰ A cultura afro-brasileira engloba o conjunto de manifestações culturais no Brasil que têm suas raízes na contribuição dos africanos trazidos como escravos, como música, danças, culinária, religião, língua e etc. (Grifo do autor).

a partir de um estrado aprofundando e metodológico, possa-se chegar a um denominador comum acerca dos objetivos deste estudo. O estudo envolverá uma revisão bibliográfica da leitura sobre a história das mulheres em movimentos de resistência, o papel das mesmas nos quilombos, e até o contexto histórico do Brasil Colonial (século XVIII), sempre com o envolvimento histórico do objeto de estudo.

Este trabalho busca contribuir para o fortalecimento da memória histórica e para a valorização do protagonismo das mulheres negras na formação da sociedade brasileira. A análise de Tereza não se limita ao passado, mas dialoga com as lutas atuais por igualdade racial e de gênero, reforçando a importância de reconhecer nas mulheres negras sujeitos ativos da história. Pensando nisso, a metodologia escolhida dá prioridade à história social e cultural o que ajudará a analisar as formas de resistência e a lembrar o papel das mulheres nos quilombos.

Por fim, para a condução desta monografia e para realização de um estudo com maior eficiência e qualidade, foi utilizado os métodos historiográficos, como por exemplo a pesquisa bibliográfica que consiste basicamente na revisão crítica de fontes secundárias, como livros, artigos já publicados, buscando identificar as representações das mulheres no período destacado no tema. Nessa perspectiva da história social e cultural, esta abordagem por meio da bibliografia selecionada, busca analisar a inserção das mulheres no contexto social, cultural e até político, utilizando as narrativas para compreender as diversas realidades femininas no período visando investigar e compreender o objeto de estudo aqui evidenciado, pois a discussão demonstra que a história de Tereza de Benguela não é apenas um episódio do século XVIII, mas um símbolo político e cultural que continua a inspirar a luta por igualdade.

Assim, para melhor compreensão do trabalho, o mesmo organiza-se em dois capítulos. Sendo o primeiro a tratar da questão quilombola e a sua contextualização histórica, seguido do segundo capítulo que abordará as questões referente ao objeto de estudo.

CAPÍTULO 1 - O QUILOMBO DO QUARITERÊ: ORGANIZAÇÃO, CULTURA E RESISTÊNCIA

O período colonial brasileiro (1500-1822), em especial o recorte temporal de 1700 a 1770, foi marcado por intensos processos de exploração, dominação e resistência. Por isso, um dos períodos mais complexos da história do Brasil, pode-se dizer que foi o período de colonização brasileira, ou o período colonial, ou um dos termos mais recentes utilizado pela historiografia, como América portuguesa¹¹ esse período foi marcado por diversos fatores, sobretudo a escravização no qual perdurou até o século XIX. Logo, os interesses econômicos da coroa portuguesa advinham da exploração dos recursos, o que fez da colonização brasileira, uma das mais cruéis, em todos os âmbitos.

O recorte temporal de 1700 a 1770 foi definido por corresponder ao período de maior expansão do sistema escravista no centro-oeste brasileiro, impulsionado pela mineração e pela intensificação da presença portuguesa na região de Mato Grosso. É nesse contexto que se formou e se consolidou o Quilombo do Quariterê, liderado por Tereza de Benguela, cuja atuação se destacou entre as décadas de 1740 e 1770. O marco final, 1770, coincide com a destruição do quilombo pelas tropas coloniais, encerrando um ciclo de resistência que simboliza as lutas pela liberdade e pela autonomia dos povos negros e indígenas no Brasil colonial. Assim, o recorte de 1700 a 1770 não é apenas cronológico, mas epistemológico, pois define o campo de análise da resistência quilombola no contexto do século XVIII.

Dessa forma, esse período foi caracterizado, sobretudo, pela escravização de africanos e seus descendentes, sistema que perdurou até o século XIX. Os interesses econômicos da coroa portuguesa estavam centrados na exploração dos recursos naturais e humanos, o que fez dessa colonização uma das mais cruéis experiências de dominação em todos os âmbitos, político, econômico, social e cultural. No século XVIII, o Brasil vivenciou um intenso processo de expansão territorial, fortalecimento da economia colonial e consolidação do sistema escravista. Nesse contexto de opressão, os quilombos surgiram como espaços de resistência, liberdade e reorganização social, reunindo negros e negras fugidos da escravidão, indígenas e até brancos

¹¹ Quando o Brasil foi descoberto, recebeu vários nomes ao longo do tempo. Inicialmente foi chamado de "Ilha de Vera Cruz", por ter sido achado por uma expedição ligada à Ordem de Cristo. Pouco depois, percebeu-se que se tratava de um território maior, e passou a ser chamado de "Terra de Santa Cruz". Por volta de 1505, influenciados por uma antiga lenda sobre uma ilha chamada "Brasil", os portugueses começaram a associar esse nome à nova terra. O nome "Brasil" se popularizou ainda mais por causa do pau-brasil, uma árvore valiosa que fornecia tinta vermelha para tecidos. Assim, o nome "Brasil" acabou se consolidando e já aparecia em mapas já em 1514. Desse modo, a expressão "América Portuguesa" era usada para diferenciar as terras que pertenciam a Portugal do nome geral do continente, "América", que poderia dar a entender que as terras eram domínio da Espanha. (Mesgravis, 2017).

pobres marginalizados pelo regime colonial. Essas comunidades autônomas se estruturavam a partir de princípios coletivos, espirituais e culturais próprios, desafiando a ordem imposta pela Coroa portuguesa e pelas elites coloniais.

A história de Vila Bela começou em 1752, quando a descoberta de riquezas minerais às margens do rio Guaporé despertou o interesse dos portugueses. Temendo que os espanhóis tomassem o território, Portugal tratou logo de povoar a região e, naquele mesmo ano, criou a capitania de Mato Grosso, instalando ali sua capital. A cidade floresceu rapidamente através de investimentos, incentivos para novos moradores e um clima de prosperidade tomou conta de Vila Bela, que passou a ser o centro político e econômico da região. Naquele tempo, as cidades acumulavam várias funções, e tamanha era a importância de Vila Bela que seu território abrangia praticamente todo o oeste do atual Mato Grosso. Posteriormente, a história de Vila Bela da Santíssima Trindade tomou outro rumo. A distância das grandes rotas, as doenças tropicais e os constantes ataques de nativos tornaram a vida ali cada vez mais difícil. Enquanto isso, Cuiabá crescia e se consolidava como o novo centro comercial da região. Nesse contexto, sobre a criação de Vila Bela da Santíssima Trindade, Jesus (2012) esclarece.

Mato Grosso teve seu espaço colonizado na primeira metade do século XVIII, sendo o arraial e depois Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (atual cidade de Cuiabá) o ponto mais avançado até 1734, quando foram descobertas as minas na região do Guaporé. Essa vila teve sua origem com a descoberta do ouro nas lavras do Coxipó-Mirim, em 1719, tendo à frente de tal investida paulistas e reinóis. No ano de 1727 o arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1722) foi elevado à condição de vila e, nesse momento, pertencia à jurisdição da capitania de São Paulo. Em 1748 essa capitania teve sua circunscrição reduzida em função das fundações das capitanias de Mato Grosso e de Goiás. Embora tivesse uma vasta extensão territorial que totalizasse 48 mil léguas, a capitania de Mato Grosso era constituída por apenas dois distritos, o do Cuiabá e o do Mato Grosso, e suas respectivas vilas: Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727) e Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), esta última fundada para ser sede de governo. (Jesus, 2012, p. 94).

Complementando, Jesus, (2011) menciona até de uma rivalidade da época entre Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade.

A rivalidade entre Vila Real do Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade é reconhecida pela historiografia mato-grossense, que demonstra que a insatisfação dos moradores da Vila Real surgiu por não terem a sua vila escolhida para ser a capital da capitania de Mato Grosso. Alguns autores apontaram o momento em que a disputa surgiu, ou seja, em 1752, com a fundação da capital Vila Bela. (Jesus, 2011, p. 129).

Foi então que posteriormente a capital foi transferida para Cuiabá, marcando o início de um longo período de abandono e silêncio em Vila Bela. Aos poucos, seus moradores partiram, deixando para trás casas, comércios, as ruas que antes pulsavam com o movimento de uma capital vibrante foram sendo tomadas pelo tempo e as ruínas que resistiram ficaram como testemunhas silenciosas de uma era de glória. Esse espaço geográfico tornou-se então ideal para o surgimento dos quilombos surgiram como espaços de resistência e liberdade, reunindo negros e negras fugidos da escravidão, indígenas e até brancos pobres marginalizados pelo regime colonial. O que se estruturavam como comunidades autônomas, desafiando a ordem imposta pela coroa portuguesa e pelas elites coloniais.

Assim, o Quilombo do Quariterê, localizado na região onde hoje corresponde ao estado de Mato Grosso, destacou-se pela sua organização política e cultural. Diferente de muitos outros quilombos, que apresentavam estruturas mais fluidas, o Quariterê possuía um sistema de liderança estabelecido, no qual a figura de Tereza de Benguela assumiu papel central. A comunidade desenvolveu formas próprias de autogoverno¹², que incluíam práticas de defesa militar, produção agrícola e comércio com povoados próximos. Referente ao Quilombo do Quariterê, Cruz, (2012) explana o surgimento do mesmo.

Em Vila Bela formaram-se vários quilombos na chapada e no vale do Guaporé. O mais significativo deles foi o Quilombo de Quariterê, também conhecido como Quilombo Piolho, localizado às margens do rio Quariterê ou Piolho, afluente da margem ocidental do Guaporé. É considerada a formação de quilombo mais importante em Mato Grosso pela consistência de sua organização. Segundo as memórias de Nogueira Coelho, este quilombo foi formado desde os primeiros tempos de exploração das minas da região do Guaporé. O Quilombo do Quariterê foi batido pela primeira vez em 1770 por uma bandeira que partiu de Vila Bela, comandada pelo sargento-mor João Leme do Prado, quando tinha uns 30 anos de existência. Sua população era de mais de 100 pessoas, sendo 79 negros (entre homens e mulheres) e cerca de 30 índios. (Cruz, 2012 p. 58).

Dessa forma, a organização¹³ interna do quilombo demonstra a capacidade de adaptação e de construção coletiva dessas populações. A liderança do quilombo, inicialmente sob o

¹² Autogoverno refere-se à capacidade de um indivíduo, grupo, nação ou entidade de se governar de forma autônoma, sem interferência externa. Nessa perspectiva, no contexto político, indica a autonomia de uma região ou território para gerir assuntos internos, o que é plausível para o contexto do Quilombo de Quariterê. (Grifo do autor).

¹³ A organização interna do Quilombo era caracterizada por uma estrutura complexa e diversificada. José Piolho esteve à frente do quilombo durante a década de 1740. Com sua morte, a liderança passou para a Tereza de Benguela, que assumiu o comando a partir de 1750, mantendo-se no poder até 1770. sob a liderança de Tereza de Benguela, os aspectos políticos, econômicos e administrativos da comunidade, houve uma coordenação. (Grifo do autor).

comando de Zé Piolho, foi essencial para sua consolidação e defesa frente às investidas coloniais. Nesse sentido, Sá Junior (2015) afirma:

José Piolho reunia duas funções muito interligadas em diversas sociedades africanas: a da liderança política, através da realeza, e a espiritual, através do papel de “oráculo”. O texto induz a ideia de que mais que um oráculo ele era tido como um feiticeiro. Essa interpretação se faz na expressão “mandingas” que se difundiu no século XVIII associada a uma bolsa ou patuá de proteção mágica. [...] Nesse sentido, “fiado nas mandingas” pode ser interpretado como ligado às práticas de feitiçarias. Essa interpretação se fortalece no texto por estar associada à figura do diabo, tido como o mentor das práticas de feitiçarias no universo cultural europeu. (Sá Junior, 2015, p. 7).

Nesse contexto, as práticas exercidas pelo conselheiro José Piolho não eram interpretadas de forma negativa. Sua posição na estrutura hierárquica da sociedade quilombola evidencia essa percepção. A função de mediador entre o mundo dos vivos e o dos mortos tinha como propósito atender às demandas espirituais e coletivas do grupo. Desse modo, é interessante notar que parte da longevidade e estabilidade possa ser atribuída a essa mediação desempenhada por José Piolho. Acerca da influência de José Piolho, Sá Junior (2015) afirma:

O quanto o sucesso do quilombo foi traduzido externamente como o resultado das práticas de José Piolho, ainda não é possível afirmar. Mas pela importância atribuída nos documentos ao referido feiticeiro e os diálogos existentes entre os habitantes dos quilombos e as outras áreas do Mato Grosso, permitem crer que o sucesso do oráculo podia ser compartilhado com parte dessa sociedade. Indo um pouco além, que ela pode ter feito uso dos conhecimentos desse feiticeiro, o que teria estendido o seu poder e fama para além das fronteiras do quilombo. (Sá Junior, 2015, p. 8).

Referente as referidas práticas de José Piolho, Amado; Anzai (2006 *apud* Sá Junior, 2008) acrescenta:

Segundo o autor dos anais o referido quilombo tinha como “maior oráculo o tal piolho, por ter sido em outro tempo, rei em um quilombo que se dissolveu nos matos da cidade do Rio de Janeiro. Este, fiado nas mandigas com que diabo trouxe sempre enganado resistiu...” Dessa vez as “mandigas” do “tal piolho” não funcionaram, sendo ele morto no confronto. No entanto a ele é imputado o papel de oráculo, ou seja, um realizador de prognósticos através de ação mágica, aqui associada à palavra mandinga. O papel de destaque do referido oráculo, em um quilombo “muito antigo” sugere a crença que os poderes, ainda que diabólicos, que Piolho “se fiava”, tinham contribuído para o sucesso temporal do quilombo (Amado; Anzai, 2006 *apud* Sá Junior, 2008, p. 154).

Após sua morte, Tereza de Benguela, sua companheira, assumiu a chefia da comunidade, dando continuidade à resistência e ampliando as formas de organização política e econômica do Quariterê. A presença de ambos os líderes revela que a resistência quilombola era um esforço coletivo, que envolvia homens e mulheres em papéis complementares de luta, produção e proteção da comunidade. Assim, tanto Zé Piolho quanto Tereza de Benguela representa a força dos sujeitos subalternizados que desafiaram o poder colonial e afirmaram novas possibilidades de existência e liberdade no século XVIII.

Do ponto de vista cultural, os quilombos eram espaços de preservação e reinvenção de tradições africanas e afrodescendentes. No cotidiano, essa preservação se manifestava em rituais religiosos de matriz africana, em especial aqueles voltados ao culto dos ancestrais e à relação com a natureza, reinterpretados diante da convivência com elementos do catolicismo imposto pela colonização. Essa mistura resultou em formas de sincretismo religioso, nas quais santos católicos eram associados a divindades africanas, possibilitando a manutenção de crenças sob o disfarce da fé cristã. Outro aspecto de resistência estava na língua e na oralidade. Embora o português fosse a língua predominante no contato com os colonizadores, nos quilombos sobreviviam expressões e vocábulos de origem bantu¹⁴ e iorubá¹⁵, que se integravam ao português falado, criando uma comunicação híbrida e identitária. A transmissão oral de histórias, cantos, danças e mitos africanos também teve papel essencial na formação da identidade coletiva do Quariterê.

Além disso, a organização social comunitária e o trabalho coletivo na agricultura e no artesanato expressavam valores africanos de solidariedade e cooperação, em contraste com a lógica individualista e hierárquica da sociedade colonial. Assim, o Quilombo do Quariterê se configurou como um espaço onde a cultura africana não apenas resistiu, mas também se recriou em diálogo com o novo contexto histórico, garantindo a continuidade de memórias e saberes ancestrais.

No que se refere a Tereza de Benguela, pode-se dizer que a mesma era uma mulher de grande autoridade e inteligência estratégica. Ela organizava o conselho político do quilombo, comandava as defesas armadas e supervisionava a produção e as trocas comerciais com povoados vizinhos. Por isso, ficou conhecida entre os colonizadores como “Rainha Tereza”,

¹⁴ O mesmo que banto ou banta. É a forma não flexionada preferível, na tradução do inglês bantu e do francês bantou. Nesse sentido, banto, significa um grande conjunto de povos agrupados por afinidades etnolinguísticas, localizados nos atuais territórios da África Central, Centro-Occidental, Austral e parte da África Oriental. (Lopes; Macedo, 2017).

¹⁵ Língua falada, com variantes locais, pelos diversos povos do sudoeste das atuais repúblicas de Nigéria e Benim, agrupados sob denominação iorubas. (Lopes; Macedo, 2017).

denominação que expressa o respeito e a centralidade de seu papel no Quariterê. O uso do título de “rainha” também pode ser interpretado à luz das tradições africanas de onde muitos quilombolas provinham. Em línguas bantas, como o Umbundu¹⁶, o termo “Nassoma” corresponde ao que, em português, se entende como “rainha” ou “senhora de poder”, indicando a mulher que exerce autoridade política e espiritual dentro da comunidade. Assim, a figura de Tereza de Benguela não apenas rompe com a estrutura patriarcal do período colonial, mas também reafirma uma herança de poder feminino africano que sobreviveu e se reinventou no espaço quilombola. Sobre a acesnssão de Tereza de Benguela, Cachimbo; Kabilaewatala (2021) afirma:

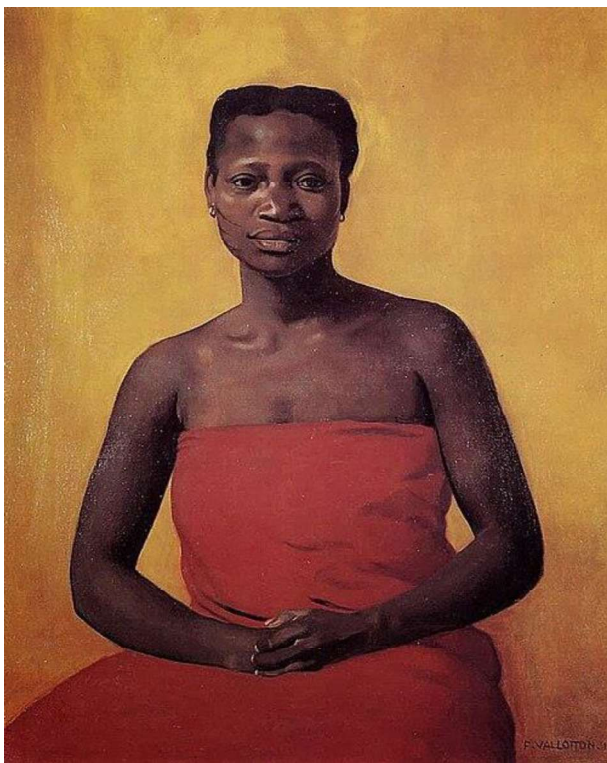
[...] A chegada daquela mulher é vista com certa desconfiança em princípio, mas, *a posteriori*, Benguela passa a se integrar definitivamente ao grupo, a ponto de tornar-se esposa de Piolho e rainha do Quilombo. Em uma empreitada contra bandeirantes, o rei José tomba em batalha e então só resta uma alternativa a Teresa e seu séquito: resistir! A partir da ascensão da rainha ao comando daquela organização sociopolítica, o Quilombo passa a se fortalecer e imprimir um modo de vida bastante organizado e dotado de uma estrutura bem delimitada no que tange às questões administrativas e bélicas, obviamente de todos os outros aspectos das dinâmicas comunitárias. (Cachimbo; Kabilaewatala, 2021, p. 188).

O Quariterê, assim como outros territórios quilombolas, mantinha práticas religiosas, costumes e formas de sociabilidade que desafiavam a imposição cultural europeia. Essa resistência cultural foi fundamental para a afirmação de identidades negras no período colonial e contribuiu para a construção de uma memória coletiva de luta. Para que se possa contextualizar essa situação, Moura, (2021) esclarece que o papel dos quilombos como espaços de resistência e preservação, reflete a afirmação de identidades negras e a luta contra a opressão.

Dessa forma, os escravos negros, para resistirem à situação de oprimidos em que se encontravam, criaram várias formas de resistência, a fim de se salvaguardarem social e mesmo biologicamente, do regime que os oprimia. Recorreram, por isso, a diversificadas formas de resistência, como guerrilhas, insurreições urbanas e quilombos. É dessa última forma de resistência social que iremos nos ocupar. Ela representa uma forma contínua de os escravos protestarem contra o escravismo. Configura uma manifestação de luta de classe, para usarmos a expressão já universalmente reconhecida. (Moura, 2021, p. 21).

¹⁶ Ou Umbundo, língua dos ovimbundos, também referidos como “umbundos”. (Lopes; Macedo, 2017).

Figura 1: Tereza de Benguela - Félix Vallotton, 1911 - Femme noire assise de face.



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:F%C3%A9lix_Vallotton,_1911_-_Femme_noire_assise_de_face_\(2\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:F%C3%A9lix_Vallotton,_1911_-_Femme_noire_assise_de_face_(2).jpg)

A presença de Tereza de Benguela como liderança também revela importância das mulheres na vida quilombola. Ao contrário da visão estereotipada que ignorava as mulheres negras à condição de subordinadas, as experiências quilombolas demonstram que elas desempenhavam papéis decisivos como guerreiras, estrategistas e organizadoras da vida comunitária. No caso específico do Quariterê, a liderança de Tereza representou não apenas a continuidade da resistência contra o sistema escravista, mas também a afirmação do protagonismo feminino em um contexto historicamente dominado pelo patriarcado.

Portanto, o Quilombo do Quariterê pode ser compreendido como um espaço de resistência contra a escravidão, contra a exploração colonial e contra a invisibilização das mulheres na história. Sua organização social e cultural evidencia a construção de um projeto alternativo de sociedade, baseado na liberdade, na solidariedade e na preservação da identidade negra.

1.1 LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO HISTÓRICO

No que se refere ao povoamento do Vale do Guaporé, o mesmo teve início no século XVIII, com o avanço dos bandeirantes paulistas em busca de ouro, que introduziram a mão de obra africana escravizada para trabalho nas minas e construção da capital Vila Bela da Santíssima Trindade e do Forte Príncipe da Beira, conforme Cruz (2013). A resistência negra manifestou-se pela formação de quilombos, destacando-se o Quilombo do Quariterê, considerado o mais organizado da região, com expressiva presença de indígenas e liderança feminina, como Tereza de Benguela, que se tornou posteriormente símbolo da luta.

Com o crescimento da atividade mineradora, o vale passou a ter grande importância estratégica para a Coroa Portuguesa, o que levou Dom João V, em 1748, a criar a Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, determinando que sua capital fosse estabelecida às margens do rio Guaporé. Para essa missão foi nomeado Dom Antônio Rolim de Moura¹⁷, que chegou a Cuiabá em 1751 trazendo o projeto arquitetônico de uma cidade planejada, Vila Bela da Santíssima Trindade. A construção dessa cidade simbolizou o esforço português de consolidar a presença colonial no interior da floresta amazônica, integrando a região ao sistema econômico e político do império.

No mesmo movimento de expansão, a Coroa decidiu militarizar a fronteira com a construção do Forte Príncipe da Beira, erguido entre 1776 e 1783, com o objetivo de garantir a defesa do território frente às ameaças espanholas Cruz (2013). Entretanto, por trás das obras e do ciclo aurífero, havia o trabalho forçado de centenas de africanos escravizados, trazidos para a região pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, que entre 1752 e 1778 que comercializou milhares de pessoas destinadas às minas e às construções coloniais. Sobre a militarização para defesa da região, Cruz (2013) afirma:

Ainda como parte do ousado projeto de consolidação da ocupação no vale do Guaporé, a Coroa Portuguesa, como forma de defender o território, decidiu militarizar a fronteira construindo o Forte Príncipe da Beira, cuja edificação transcorreu entre os anos de 1776 a 1783. Este forte perdura até os dias de hoje. Na atualidade constitui uma base militar do Exército do Brasil. Entretanto, para os trabalhos da extração do ouro, das construções da capital Vila Bela da Santíssima Trindade e do Forte Príncipe da Beira introduziram de forma maciça a mão-deobra africana. (Cruz, 2013. P. 2).

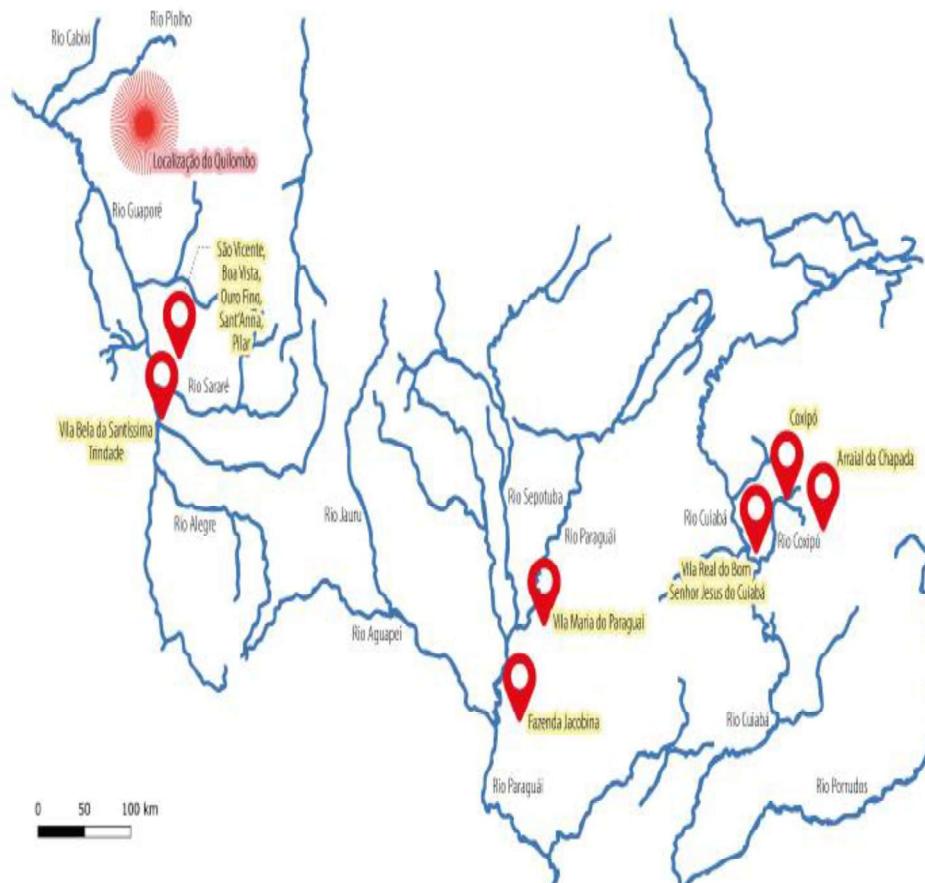
¹⁷ O primeiro governador da Capitania de Mato Grosso nasceu na Vila de Moura, no Baixo Alentejo, no ano de 1709. Foi seu pai D. Nuno de Mendonça, IV Conde de Val de Reis, senhor de Póvoa e de Meadas, Comendador e Alcaide-Mor das Comendas e Alcaidarias. Sua mãe foi D. Leonor de Noronha, filha do I Marquês de Angeja, D. Pedro de Noronha. Por linha de varonia, vinha da família *antiquíssima e nobilíssima* dos Mendonças, apesar de não ter usado o nome, por sucessão à casa dos Azambujas, por ter o último varão renunciado o nome da família. (Canova, 2008).

Como em muitas partes da América Portuguesa, esses homens e mulheres escravizados encontraram formas de resistir à opressão, fugindo das fazendas e das lavras¹⁸ e formando quilombos nas áreas de floresta e difícil acesso. O ambiente amazônico, com sua densa vegetação e abundância de recursos naturais, ofereceu refúgio e sustento a esses grupos, que recriaram modos de vida baseados na cooperação, na agricultura e na convivência com os povos indígenas da região.

Nesse sentido, a geografia local, composta por rios, florestas e áreas de difícil acesso, favorecia a instalação de quilombos, que utilizavam o ambiente natural como forma de proteção e contra expedições de captura. Essas regiões tornaram-se, portanto, um espaço de encontro e convivência de diferentes etnias e culturas, unidas pela resistência. Nesse sentido, pode-se notar acerca da localização do quilombo conforme as imagens a seguir.

¹⁸ Terrenos em que se realiza a extração de minerais ou de pedras preciosas, as lavras eram concedidas a poucos privilegiados, que conseguiam provar sua capacidade de financiar a exploração das minas e que pagavam pelo direito de explorá-las. (Grifo do autor).

Figura 2- Localização do Quilombo Grande ou quilombo do Piolho na região mato-grossense em 1730.

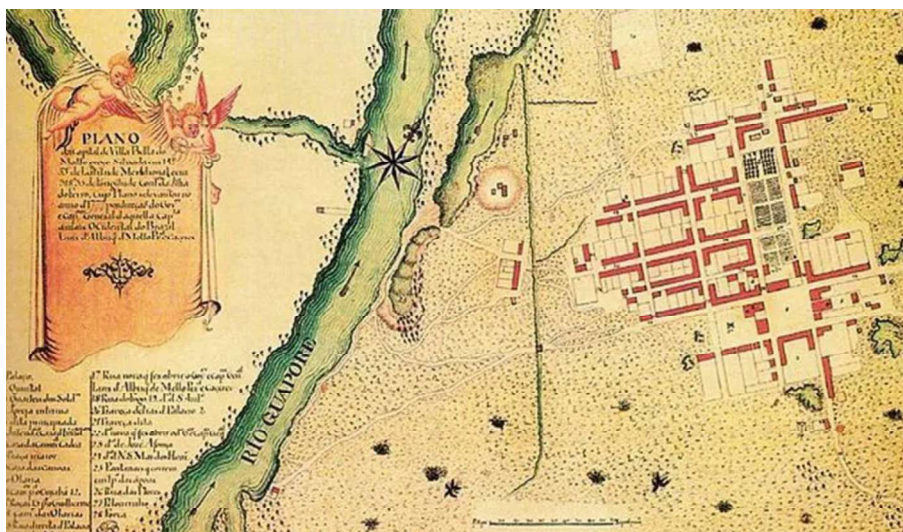


Fonte: Viana (2025)

A formação do Quariterê, como demonstrado na imagem acima, deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de constituição dos chamados quilombos de fronteira, que se localizavam em áreas afastadas dos centros coloniais e se aproveitavam da falta de controle efetivo da administração portuguesa. Nesses locais, negros fugidos encontravam não apenas abrigo, mas também a possibilidade de criar novas formas de vida coletiva.

A localização do Quilombo do Quariterê é um aspecto fundamental para compreender a sua importância e sua durabilidade histórica. A era região era de difícil acesso e marcada pela presença de florestas, assim, o quilombo se beneficiava das condições geográficas para dificultar as incursões de tropas coloniais. Essa escolha do território demonstrava não apenas uma estratégia militar, mas também uma forma de sobrevivência diante das constantes ameaças externas.

Figura 3 - Região do Quilombo do Quariterê



Fonte: <https://primeirosnegros.com/tereza-de-benguela/regiao-do-quilombo-do-quaritere/>

A região do rio Guaporé, localizada próxima à fronteira com a Bolívia, apresentava uma diversidade de ecossistemas que favoreciam a manutenção dessa comunidade de mocambu¹⁹. A abundância de rios e a fertilidade das terras permitiam práticas agrícolas sustentáveis, enquanto a vegetação densa garantia refúgio e proteção contra os ataques. Esses fatores tornaram o Quilombo do Quariterê um espaço de resistência duradouro, apesar das expedições enviadas para destruí-lo.

Outro aspecto relevante da localização do quilombo era a proximidade com rotas comerciais e de circulação de escravizados. O fluxo de pessoas, mercadorias e informações possibilitava tanto a chegada de novos integrantes ao quilombo quanto a obtenção de recursos estratégicos, como armas e ferramentas. Essa posição geográfica, portanto, colocava o Quariterê em um lugar de destaque nas redes de resistência quilombola, Lacerda (2019).

O contexto fronteiriço também contribuía para a complexidade da dinâmica local. A proximidade com territórios coloniais espanhóis ampliava as possibilidades de articulação política e comercial dos quilombolas, criando um espaço de fronteira onde o controle português era mais difícil de ser exercido. Esse cenário facilitava o estabelecimento de relações com diferentes grupos sociais, desde indígenas até outros africanos escravizados em fuga, Nascimento (2012).

De acordo com Rodrigues (2015), a localização do Quilombo do Quariterê deve ser entendida como um elemento estratégico fundamental. Ela não apenas proporcionava vantagens

¹⁹ Escravo refugiado em quilombo, termo de possível origem africana. O mesmo que quilombola. (Moura, 2004).

militares e econômicas, mas também reforçava a dimensão simbólica do quilombo como espaço de liberdade em uma região marcada pela violência da colonização, o território não era apenas um abrigo, mas um instrumento ativo de resistência.

As características do Quilombo do Quariterê revelam uma organização social complexa, que ultrapassa a simples ideia de refúgio para escravizados fugitivos. A comunidade possuía uma estrutura política definida, sob a liderança de Tereza de Benguela, que exercia autoridade sobre os quilombolas, organizando estratégias de defesa, produção e convivência. Essa centralização do poder feminino era incomum para os padrões coloniais e demonstra a capacidade de adaptação e inovação das comunidades quilombolas conforme, Santiago; Silva (2021). No âmbito econômico, o quilombo desenvolvia práticas agrícolas diversificadas, com destaque para o cultivo de mandioca, milho, feijão e algodão. Esse último, além de servir como matéria-prima para o vestuário, era utilizado como moeda de troca em atividades comerciais com populações vizinhas. A produção agrícola garantia autonomia alimentar e econômica, tornando o quilombo autossuficiente em grande parte de suas necessidades, Santiago; Silva (2021).

A presença de teares para a produção de tecidos é outro elemento que evidencia o nível de organização do Quilombo do Quariterê. Relatos históricos apontam que o quilombo produzia panos que eram trocados por armas, ferramentas e outros bens essenciais. De acordo com Lacerda (2019), essas trocas envolviam habitantes livres da região, indígenas aliados e pequenos comerciantes de Vila Bela da Santíssima Trindade, principal centro urbano da capitania de Mato Grosso no período. Em troca dos tecidos e de produtos agrícolas, como milho, feijão e mandioca, os quilombolas obtinham armas, ferramentas, sal, utensílios domésticos e outros bens essenciais. Essas relações comerciais demonstravam que, embora o Quariterê estivesse fora da estrutura econômica oficial da colônia, ele mantinha interações pontuais com o mundo colonial, garantindo sua autossuficiência e poder de negociação. Essa atividade não apenas reforçava a independência econômica da comunidade, mas também demonstrava a valorização do trabalho coletivo e da divisão de funções internas, princípios fundamentais para a manutenção e a durabilidade do quilombo, Lacerda (2019).

Do ponto de vista social, o quilombo reunia diferentes grupos étnicos²⁰, incluindo africanos de distintas origens e indígenas da região. Essa diversidade cultural resultava em práticas religiosas sincréticas e na preservação de tradições africanas adaptadas ao contexto

²⁰ Um grupo étnico é um conjunto de pessoas que partem de uma identidade cultural partilhada e de uma ancestralidade ou genealogia comum, que pode incluir uma língua, história, religião, tradições e valores semelhantes. (Grifo do autor).

local. As cerimônias, os cânticos e as danças reforçavam a coesão comunitária e representavam formas de resistência cultural frente à tentativa colonial de apagamento.

De acordo com Nascimento (2012), o sistema de defesa do quilombo também se destacava, a localização estratégica era complementada por uma organização militar que envolvia vigias, armas obtidas em trocas comerciais e táticas de guerrilha para enfrentar expedições de captura. Essa capacidade defensiva permitiu que o Quilombo do Quariterê resistisse por décadas, consolidando-se como um dos mais importantes quilombos do Brasil colonial.

Outro traço característico do quilombo era a presença de uma rede de solidariedade que extrapolava seus limites. Relações estabelecidas com comunidades indígenas e com outros escravizados em fuga possibilitavam a circulação de pessoas e informações, fortalecendo a luta contra o sistema escravista. Essa dimensão coletiva do quilombo ampliava seu impacto na região, tornando-o um centro de resistência, Santiago; Silva (2021).

O Quilombo do Quariterê deve ser compreendido como um espaço de liberdade e inovação. Sua organização social, econômica e cultural refletia a busca por uma vida digna e autônoma diante da opressão. A liderança de Tereza de Benguela conferiu ao quilombo não apenas resistência militar, mas também uma dimensão simbólica, que até hoje inspira as lutas pela igualdade racial e de gênero no Brasil.

1.2 ESTRUTURA SOCIAL E CULTURAL DO QUARITERÊ

A organização interna do quilombo demonstra a capacidade de adaptação e de construção coletiva dessas populações. Além da agricultura de subsistência, o Quariterê também produzia excedentes para troca, o que garantia uma relativa independência econômica. Essa estrutura permitia não apenas a sobrevivência, mas também o fortalecimento de laços sociais e culturais dentro da comunidade. Sobre a organização e subsistência dessas comunidades, em específico, Schwarcz; Starling (2015) afirma que:

A população de um quilombo subsistia graças aos recursos que tirava da mata, às roças que plantava — milho, mandioca, feijão, fumo, batata-doce —, a seus criatórios de galinhas, e, é claro, graças à maneira como convivia com a sociedade que se desenvolvia em seu entorno. Todos os quilombos iniciaram alguma forma de convivência amistosa com os vizinhos. Muitos, porém, combinaram a possibilidade de coexistência pacífica com o estabelecimento de relações conflituosas com os distintos grupos sociais que circulavam nas proximidades, e garantiram seus mecanismos de sobrevivência atacando as periferias dos núcleos urbanos, saqueando fazendas a fim de conseguir

animais para corte e alimentos, assaltando viajantes nas estradas. (Schwarcz; Starling, 2015, p. 145).

Do ponto de vista cultural, o Quariterê, assim como outros territórios quilombolas, preservava tradições africanas e afrodescendentes, ressignificando-as no contexto colonial. A religiosidade, as festas, a oralidade e a memória coletiva eram elementos fundamentais para a manutenção da identidade negra e para a construção de uma consciência comunitária voltada à liberdade, assim, havia interações com vários grupos, inclusive indígenas. Nesse sentido, sobre a presença do indígenas, Machado (2006) declara:

Embora toda a extensa região de colonização portuguesa ao longo da fronteira, nas águas do Rio Guaporé e seus tributários, fosse reconhecidamente habitada pelos inúmeros grupos Nambiquara (falantes de uma língua isolada), que tinham como seus vizinhos mais próximos a Sudeste os Paresi-Cozárini (aruaque), as expressões cabixi e caburé são consideradas de origem tupi, o que não é impossível, por serem as águas do Juruena também território dos Apiacá e Caiabi e pelo intenso uso da língua geral entre os colonizadores, além da presença expressiva de índios das missões jesuíticas espanholas da Bolívia. Ainda hoje não é difícil encontrar falantes do guarani entre os habitantes de Vila Bela. (Machado, 2006, p. 11).

Por isso, a presença de diferentes grupos étnicos, como bantos, nagôs²¹ e povos originários da região, como os guaicurús²² e os bororos²³, favoreceu um rico sincretismo. Porém, nesse sentido, as relações com os povos indígenas mostram-se cheias de contradições, Sá Junior (2015) afirma:

As relações com os indígenas também são apresentadas de forma ambígua. Os ataques envolvendo embarcações monçoeiras, arraiais e vilas estão presentes em grande número de documentos, ao longo de todo o século XVIII. Grupos como os Caiapó, Guaicuru, Paiaguá, Bororo utilizaram a guerra como uma de suas formas de lidar com a ocupação de brancos, africanos, índios rivais e seus descendentes no Mato Grosso. (Sá Junior, (2015, p. 5).

²¹ Denominação dada na Bahia aos escravos Iorubas. A sua origem etimológica não é ainda certa. Décio Freitas afirma que “Nagô é palavra que nos veio do francês para designar os negros iorubas, oriundos de uma das civilizações mais expandidas da África Negra. Os iorubas se propagaram por muitas comarcas da Guiné oriental, entre a fronteira do Daomé e as embocaduras do Niger”. Vivaldo da Costa Lima, mais analítico escreve: “Os grupos étnicos de fala ioruba que vieram para o Brasil eram geralmente chamados de nagôs”. [...] (Moura, 2004).

²² O termo “Guaicurú” era usado de forma genérica pelos Guarani para designar os vizinhos de ethos belicoso que habitavam a margem ocidental do médio rio Paraguai, entre os afluentes Pilcomayo e Yabebiri. Na época da conquista hispânica, este apelativo se generalizou para os diferentes grupos que habitavam rio Paraguai adentro. (Herberts, 1998).

²³ Os Bororo são um dos povos indígenas mais pesquisados no Brasil e no mundo, escravizados pelos sertanistas, esses índios enfrentaram a acelerada depopulação de suas aldeias logo no início da colonização. (Canova, 2018).

Os rituais religiosos, práticas medicinais tradicionais, danças e narrativas orais se mesclavam, criando uma identidade cultural única e fortalecendo os laços de pertencimento e resistência entre os membros da comunidade. Pode-se perceber, conforme afirma Silva (2014) sobre o ambiente quilombola.

Geralmente os quilombos agregavam negros de diversos locais, constituindo-se de uma diversidade étnica e cultural grandiosa. Na vida cotidiana precisavam forjar alternativas de sobrevivência, defesa e segurança do grupo. De acordo com o lugar, a realidade de cada grupo, suas experiências e alternativas, criavam diferentes formas de sobrevivência. Entre as principais atividades desenvolvidas nos quilombos[...] podemos mencionar a agricultura, mineração, criação de animais, coleta, banditismo, comércio, entre outras. (Silva, 2014, p. 194).

Essa preservação cultural revela o papel dos quilombos não apenas como refúgio, mas também como territórios de resistência simbólica, nos quais as práticas culturais e espirituais desafiavam a imposição europeia e asseguravam a continuidade de saberes africanos no Brasil colonial.

1.3 DEFESAS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Os quilombos não foram apenas espaços de fuga. Suas organizações internas envolviam diversas estratégias de combate para sobrevivência, no entanto, que somente a presença dos quilombos era o suficiente para colocar medo em alguns proprietários de escravos, conforme afirma Silva (2014).

Muitas vezes a presença dos quilombos significava medo para a população local que acusavam os quilombolas de diversas questões. Os proprietários de escravos apontavam que além do prejuízo econômico sofrido quando seus escravos fugiam para quilombos, ficavam a mercê dos negros que faziam tocaias, atacando-os em viagens e roubando-os. Reclamavam também que suas propriedades eram locais de saque. [...] As reclamações variavam, o que fez com que as forças provinciais agissem travando guerras contra os quilombolas, destruindo muitos desses acampamentos. (Silva, 2014, p. 194).

O Quilombo do Quariterê também se destacou por sua capacidade de resistência militar. Estudos tanto da época como mais recentes relatam que os mocambos²⁴ ou como viriam a ser

²⁴ Era como se denominavam, inicialmente, os redutos de negros fugidos do cativeiro. Vocábulo de origem africana, do quimbundo *makambu*, passou a ser usado de modo geral pelos senhores e autoridades até o século XVII, quando foi substituído por quilombo. (Moura, 2004).

chamados posteriormente, os quilombos dispunham de armas de fogo e praticavam técnicas de guerrilha, aproveitando o conhecimento do território para emboscar e resistir às expedições coloniais. Essa organização bélica²⁵ no sentido do quilombo demonstra que o mesmo não era apenas um espaço de refúgio, mas sim um núcleo de enfrentamento direto ao poder escravista.

Nesse sentido, a convivência entre diferentes grupos étnicos, como os bantos, nagôs e povos indígenas como guaicurus e bororos, deu origem a um sincretismo rico e vibrante. Rituais religiosos, práticas medicinais tradicionais, danças e narrativas orais se entrelaçavam, tecendo uma cultura única, marcada pela resistência e pela sabedoria. Essa herança mostra que os quilombos, como o de Quariterê, foram muito mais que refúgios contra a escravidão, mas foram territórios de resistência.

Além de representarem um refúgio físico contra a escravidão, configuravam-se como espaços de reconstrução cultural, onde línguas africanas, tradições religiosas, práticas agrícolas e formas próprias de organização social eram preservadas, conforme Schwarcz; Starling (2015) que destaca que;

A proliferação dos mocambos e quilombos na paisagem colonial americana nessa época foi resultado de uma combinação mais complexa do que a apontada pela evidente associação entre refúgio e bivaque. O quilombo não era só um lugar transitório e improvável; tampouco era apenas desobediente às coordenadas estabelecidas, do lado de cá, pela ordem escravista e, do lado de lá, pelo isolamento absoluto. Na prática, é possível que a experiência dos quilombos tenha construído um lugar radicalmente novo no panorama político, capaz de conciliar, em igual medida, resistência e negociação, rejeição e convivência — um lugar perigoso e muitas vezes trágico para os escravos que neles se abrigavam. (Schwarcz; Starling, 2015, p. 144).

A liderança de Tereza de Benguela foi fundamental nesse processo, pois ela articulava tanto a defesa militar quanto a manutenção da vida cotidiana do quilombo. A resistência organizada não se restringia às armas, mas também às estratégias diplomáticas, como as trocas comerciais e a comunicação com outras comunidades quilombolas.

1.4 SIGNIFICADO HISTÓRICO DO QUILOMBO DE QUARITERÊ

A experiência do Quariterê simboliza a luta pela liberdade em um período em que a

²⁵ A organização bélica durante o Período Colonial referia-se aos mecanismos de defesa da colônia e à sua participação em conflitos, principalmente contra invasões de outras potências europeias e confrontos internos com povos indígenas. A estrutura militar envolvia a presença de tropas portuguesas, a formação de milícias locais e a atuação de expedições exploratórias que também tinham um caráter bélico, capturando indígenas e buscando metais preciosos. (Grifo do autor).

escravidão era a base da economia e da sociedade colonial. Mais do que um simples refúgio, o quilombo representou a possibilidade de construir uma sociedade alternativa, baseada na autonomia, na solidariedade e na preservação da identidade negra.

Nesse sentido, o Quilombo do Quariterê pode ser compreendido como um exemplo de resistência contra a escravidão, contra a exploração colonial e contra a invisibilização das mulheres na história. Sua organização social e cultural evidencia um projeto alternativo de sociedade, cujos valores ainda ecoam nas lutas contemporâneas dos movimentos quilombolas no Brasil. A experiência do Quilombo do Quariterê pode ser melhor compreendida quando comparada a outros importantes quilombos do período. O Quilombo dos Palmares²⁶, em Alagoas, foi o mais conhecido, reunindo milhares de habitantes ao longo de quase um século, com uma estrutura complexa e múltiplos povoados. Apesar de diferenças regionais e de escala, tanto Palmares quanto Quariterê revelam a capacidade de organização das populações negras em contextos de adversidade.

Outra experiência relevante foi a dos quilombos do Vale do Ribeira²⁷, em São Paulo, que mantiveram tradições agrícolas e culturais, sobrevivendo até os dias atuais. Embora de menor dimensão militar, esses quilombos reforçam a diversidade das experiências quilombolas no Brasil, demonstrando que cada território desenvolveu estratégias próprias de resistência, de acordo com as condições locais. Nesse sentido, o Quariterê ocupa lugar singular por ter sido liderado por uma mulher e por ter conseguido manter sua autonomia por cerca de vinte anos, em uma região de intensa disputa entre colonizadores portugueses e espanhóis. A presença do Quilombo do Quariterê representava uma ameaça direta ao poder colonial. Para a Coroa portuguesa, a existência de comunidades autônomas desafiava a ordem escravista, enfraquecia a economia baseada no trabalho compulsório e comprometia a segurança das fronteiras. Nesse sentido, Ratts (2021) menciona que.

Numerosas foram as formas de resistência que o negro conservou ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. No Brasil, poderemos citar uma lista desses movimentos que, no âmbito “doméstico” ou social, se tornam mais fascinantes quanto mais se

²⁶ Foi a mais importante comunidade quilombola do Brasil e objeto de inúmeros livros, embora a documentação para seu estudo seja escassa. Palmares surgiu, provavelmente, no início do século XVII, reunindo pequeno número de escravos fugindo de um engenho do sul da capitania de Pernambuco. Localizada na Serra da Barriga, sertão de Alagoas, ocupou uma área de 60 léguas e dez grupamentos de aquilombados, ficando o quartel-general no mocambo do Macaco. (Vainfas, 2001).

²⁷ A região do Vale do Ribeira está localizada, entre as regiões sul do estado de São Paulo e norte do estado do Paraná abrangendo a Bacia Hidrográfica do rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, distribuídos em uma área de 2.830.666 hectares. Sendo composto de 32 municípios, 23 no Estado de São Paulo e 09 no Estado do Paraná. (Rosa, 2007).

apresenta sua variedade de manifestações: de caráter linguístico, religioso, artístico, social, político, de hábitos, gestos etc. [...] Um movimento de âmbito social e político é o objetivo do nosso estudo. Trata-se do quilombo (*kilombo*), que representou na história do nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas essas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil. (Ratts, 2021, p. 147).

Desse modo, apesar da violência e da repressão, o Quariterê resistiu por duas décadas, evidenciando que os quilombos não eram apenas focos de instabilidade, mas também alternativas concretas ao sistema colonial. A sua destruição, por volta de 1770, não apagou a memória de sua existência, que foi preservada na tradição oral e posteriormente resgatada por historiadores e movimentos sociais.

A experiência do Quariterê simboliza a luta pela liberdade em um período em que a escravidão era a base da economia e da sociedade colonial. Mais do que um simples refúgio, o quilombo representou a possibilidade de construir uma sociedade alternativa, baseada na autonomia, na solidariedade e na preservação da identidade negra. Nesse sentido, sua organização social e cultural evidencia um projeto alternativo de sociedade, cujos valores ainda ecoam nas lutas contemporâneas dos movimentos quilombolas no Brasil. Por isso Moura (2021) declara:

[...] O fato é que, no Brasil, como nos demais países nos quais o escravismo moderno existiu, a revolta do negro escravo se manifestou. Devemos dizer, para se ter uma ótica acertada do nível de resistência dos escravos, que a quilombagem foi apenas uma das formas de resistência. Outras, como o assassinio dos senhores, dos feitores, dos capitães-do-mato, o suicídio, as fugas individuais, as guerrilhas e as insurreições urbanas se alastravam por todo o período. Mas o quilombo foi a unidade básica de resistência do escravo. (Moura, 2021, p. 25).

Este estudo permite compreender que os quilombos não foram apenas refúgios para negros fugidos da escravidão, mas sim experiências históricas de organização política, econômica e cultural. O caso do Quariterê, liderado por Tereza de Benguela, demonstra que a resistência quilombola extrapolava a luta armada, mas, tratava-se também da construção de uma comunidade autônoma, capaz de se autossustentar, preservar tradições culturais e articular redes de contatos com outros grupos sociais.

A análise de sua estrutura interna, da sua localização estratégica e das suas formas de resistência revela que os quilombos desempenharam papel essencial na dinâmica da sociedade colonial. Ao mesmo tempo, evidencia como a historiografia por muito tempo negligenciou a importância desses territórios, sobretudo quando liderados por mulheres. A experiência do

Quariterê insere-se, portanto, no quadro mais amplo da luta contra a escravidão e contra a exclusão social imposta pelo regime colonial. Nesse sentido, sua história ajuda a iluminar a trajetória de Tereza de Benguela e abre caminho para que, seja analisado o protagonismo feminino na liderança quilombola, rompendo com os padrões patriarcais²⁸ e escravistas que tentavam silenciar essas vozes.

Assim, portanto, no que se refere ao segundo capítulo, o mesmo abordará a questão de Tereza de Benguela como uma das grandes figuras emblemáticas da resistência quilombola no Brasil colonial do século XVIII, sobretudo, entre 1700 a 1770. Nessa perspectiva, o mesmo também abordará a ascensão e liderança de Tereza de Benguela, que reflete a resiliência das mulheres negras. Também, as questões referentes a organização política quilombola até adentrar em assuntos referente a história das mulheres na atualidade, sempre como ponto de partida, a trajetória de Tereza de Benguela.

²⁸ O sistema patriarcal referia-se a uma estrutura social dominada por homens, onde o poder era exercido pelo pai ou chefe da família (o "patriarca"), que controlava não apenas seus dependentes, mas também vastos recursos econômicos e a vida de mulheres, crianças, escravos e outros membros da casa-grande. (Grifo do autor).

CAPÍTULO 2 - TEREZA DE BENGUELA: LIDERANÇA FEMININA E RESISTÊNCIA QUILOMBOLA

Tereza de Benguela é conhecida sobretudo por sua atuação como líder do Quilombo do Quariterê ou Quilombo do Piolho durante meados do século XVIII, entre os anos 1750 a 1770 aproximadamente, sobre sua origem pessoal as informações são incertas e fragmentárias. A tradição historiográfica de acordo com algumas fontes secundárias e terciárias mais difundida indica que o apelido “de Benguela” remete a região de Benguela (Angola), como argumenta (Sá Junior, 2015, p. 8) “sociedades como as que habitavam nesse período a região do Congo, Angola e adjacências, de onde proveio a Rainha Teresa e outros membros do quilombo.” e que ela provavelmente pertenceria ao grupo étnico ovimbundu²⁹, uma hipótese sustentada por alguns estudos e textos de divulgação histórica, entretanto, não há um documento de nascimento ou embarque que confirme essa proveniência de maneira absoluta.

Essa falta de registros diretos faz com que historiadores reconstruam sua biografia a partir de dois documentos centrais do período, como os Anais de Vila Bela³⁰ e relatórios de oficiais e de pesquisas posteriores que interpretam essas fontes, conforme explana Rodrigues (2022).

Atualmente, dispomos de duas principais fontes que descrevem quem foi Tereza de Benguela: o relato do provedor da Fazenda Filipe José Nogueira Coelho; e o texto que informa a campanha que abateu o quilombo do Quariterê em 1770, nos Anais de Vila Bela de Santíssima Trindade. Embora sejam fontes importantes que registram a existência da líder quilombola, são reduzidas, fragmentadas e apresentam numerosos aspectos que necessitam problematização, sendo o principal deles a abordagem depreciativa. (Rodrigues, 2022, p. 495).

Quanto à sua chegada ao Brasil e condição de escravizada, as fontes coloniais registram que Tereza foi, em algum momento, submetida à escravidão, relatos apontam que ela esteve vinculada a um capitão chamado Timóteo Pereira Gomes, conforme (Junior, 2013, p. 90), o mesmo afirma acerca de Tereza de Benguela, detalhes como “a rainha, seu nome era Tereza,

²⁹ Conjunto de povos bantos do sudoeste de Angola, falantes do idioma Umbundo, sendo por isso também mencionados como “umbundos”. Historicamente dividido em subgrupos como os dos bailundos, bienes ou biés, seles, sumbes, mbuis, quissanjes, lumbos, dombes, hanhas, gambos, huambos, sombos, cacondos, xicumas e quiacas, constituíram, provavelmente antes do século XVI d.C., quatorze Estados entre o Rio Cuanza e o litoral atlântico. Segundo a tradição todos os ovimbundos descendem de um herói mitológico, mencionado sob o nome “Feti”. (Lopes; Macedo, 2017).

³⁰ O Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade é um documento oficial datado do século XVIII. Valioso para a história regional. Através dele, pode-se reconstruir parte da epopéia dos sertanistas paulistas, índios e negros em terras mato-grossenses. (Borges, 2001).

da nação Benguela, tinha sido escrava do capitão Timóteo Pereira Gomes. Tereza reinava soberana no quilombo, com firmeza e rigor.” Nesse sentido, como muitos africanos trazidos ao território colonial, acabou fugindo e integrando grupos de refugiados que deram origem a quilombos, cujas narrativas aparecem nos documentos oficiais do período e em reconstruções posteriores, mas vêm carregadas da visão colonial e de omissões, por isso, a afirmação mais segura é que Tereza foi uma mulher em condição de escravizada que rompeu essa condição ao integrar um núcleo quilombola, não sendo possível traçar uma rota de embarque precisa com os documentos hoje conhecidos.

Sobre sua vida familiar, pode-se dizer que as fontes secundárias mais utilizadas apontam que Tereza de Benguela foi esposa de um homem conhecido como José Piolho ou “Piolho”, que teria sido o primeiro líder reconhecido do quilombo antes de ser morto por caçadores de coloniais. Após a morte de José Piolho, Tereza teria assumido a liderança do quilombo e passado a comandar a comunidade por aproximadamente duas décadas, nesse sentido, existem referências à liderança dela entre meados de 1750 até 1770. A presença desse marido e a transição de liderança é citada repetidamente nas narrativas coloniais e em estudos acadêmicos.

Quanto à existência de filhos, não há registros nas fontes secundárias que mencionem filhos a Tereza de Benguela. Assim os registros que descrevem o ataque de 1770 ao Quilombo, listas de capturados, mortos e aprisionados, descrevem a composição da população e o destino dos sobreviventes, mas não registram filiação de Tereza nem qualquer linhagem direta que possa ser atribuída a ela com segurança e não apresentam registro de filiação nem relação de descendência de Tereza.

A morte de Tereza também é narrada de maneira diversa nas crônicas e fontes secundárias e em outros relatos que descrevem que, após a campanha de 1770 comandada por forças coloniais e expedições como a de Luís Pinto de Sousa Coutinho³¹, o quilombo foi atacado, muitos foram mortos ou capturados, Tereza de Benguela morreu no episódio, algumas

³¹ Luiz Pinto de Sousa Coutinho, nasceu em Leomil, Portugal, em 27 de novembro de 1735, filho de Alexandre Pinto de Sousa Coutinho, fidalgo cavaleiro da Casa Real e 19º senhor do morgado de Balsemão e de Josefa Mariana Madalena Pereira Coutinho de Vilhena. [...] Luiz Pinto cursou matemática na Universidade de Coimbra, porém, tal fato me parece em disputa visto que seu nome não consta no registro de antigos alunos da Universidade, onde consta, por exemplo, seu filho. Posteriormente, ingressou na vida pública pelo exército, onde chegou a se tornar tenente-coronel de artilharia. Sua participação no exército será um aspecto aparente em todos os momentos de sua trajetória, destacando-se suas preocupações com as defesas militares em diversos momentos. Em 1767 é escolhido para assumir o governo da capitania do Mato Grosso, chegando a Vila Bela em 2 de janeiro de 1769. Ao final de 1772, por ocasião de um problema de saúde, Luiz Pinto entrega o governo da capitania do Mato Grosso e retorna à Portugal, e já em maio de 1774 torna-se secretário de estado, Enviado Extraordinário da Corte, assumindo a chefia da Legação diplomática portuguesa em Londres, onde permanece até 1788. [...] (De Lacerda, 2020).

versões falam de morte em combate, outras de um ato voluntário de resistência e há ainda relatos brutais sobre mutilação do corpo como a cabeça exposta como exemplo. A multiplicidade de versões indica que a documentação e os registros são marcada por vieses punitivos e sensacionalistas da escrita colonial, e, portanto, a reconstrução exige cuidado analítico. Desse modo, alguns registros posteriores, como os documentos secundários e terciários já publicados, tem esse cuidado referente as narrativas, assim, sobre as narrativas documentais, Rodrigues (2022) afirma:

Tereza, em especial, é mencionada em dois documentos que relataram a campanha de 1770: a descrição do provedor da fazenda real Filipe José Nogueira Coelho; e o texto que informa a campanha que atacou o Quilombo do Quariterê em 1770 e compõe os Anais de Vila Bela. A primeira fonte, diz o autor, foi redigida conforme o exame direto dos arquivos da provedoria, intendência e crônicas de José Barbosa de Sá. Filipe Coelho julgava que somente conseguiria apresentar melhor desempenho no cargo que lhe fora atribuído em 1776 em Vila Bela da Santíssima Trindade. [...] Apesar de não dispormos de informações sobre o destino do manuscrito, tudo indica que foi elaborado na década de 1770, enquanto exerceu o cargo de provedor da Fazenda Real. Cabe lembrar que a provedoria compunha a estrutura da administração fazendária portuguesa que administrava diretamente as riquezas produzidas em terras conquistadas pela coroa portuguesa. [...] Quanto à segunda fonte, os Anais de Vila Bela de Santíssima Trindade, a trajetória para tomarmos conhecimento do que consta em suas páginas foi longa e apenas recentemente os pesquisadores passaram a ter acesso. O documento, que era tido como extraviado ou perdido, foi encontrado e transcrito pelas professoras Janaína Amado e Leny Caselli Anzai, junto ao acervo da Newberry Library. De modo geral, é subdividido em dois momentos distintos: de 1734 a 1754 e entre 1754 e 1789. Em todo caso, as duas fontes apresentam semelhanças e nuances no que tange ao tratamento de Tereza e descrição do Quariterê. A começar, ambas realçam a boa qualidade do terreno, fartura das roças, presença indígena e estrutura política centralizada em Tereza. (Rodrigues, 2022, p. 502,503).

Tereza de Benguela representa um dos grandes símbolos da resistência negra no Brasil colonial. Sua trajetória à frente do Quilombo do Quariterê evidencia não apenas a força e a inteligência política das mulheres negras na luta contra a escravidão, mas também a capacidade de organização de um povo que, em meio à violência e à opressão, construiu formas autônomas de vida e governo. Como é analisado em Santos (2019), a resistência quilombola ultrapassava o campo da luta armada, estendendo-se à construção de um projeto político de liberdade e dignidade humana.

Durante o período em que liderou o quilombo, Tereza de Benguela estruturou um sistema político e administrativo complexo, com conselhos e formas de tomada de decisão coletiva, articulando diferentes grupos étnicos, africanos, indígenas e mestiços em torno de um

mesmo ideal de liberdade. De acordo com Sá Júnior (2015), a presença de Tereza no comando do Quariterê consolidou um modelo de resistência organizado e plural, que desafiava o sistema colonial e inspirava outras comunidades negras. A figura de Tereza de Benguela transcende a dimensão histórica, tornando-se símbolo da luta das mulheres negras por reconhecimento e equidade. Sua liderança rompeu com padrões patriarcais e coloniais, revelando a potência feminina no protagonismo das lutas sociais. Nesse sentido, Tereza de Benguela representa a intersecção entre gênero, raça e poder, sendo um exemplo de liderança política e resistência quilombola.

Desse modo, conforme Sá Júnior (2015), o Quariterê exerceu papel fundamental na configuração da fronteira oeste do Mato Grosso, articulando relações sociais e militares que garantiam sua sobrevivência em meio ao cerco das autoridades coloniais. A presença de diferentes grupos étnicos, incluindo africanos escravizados, indígenas e mestiços, conferia ao quilombo um caráter multiétnico³², aspecto que se refletia em sua organização interna. Dessa forma, a vida no quilombo estruturava-se a partir de práticas coletivas que mesclavam tradições africanas, indígenas e experiências locais. Essas práticas incluíam tanto elementos de autossustento econômico como agricultura, caça e coleta, quanto manifestações culturais, religiosas e políticas. Nesse contexto, os quilombos não eram apenas espaços de fuga, mas de construção ativa de comunidades alternativas, dotadas de identidade própria. Assim, afirma Albuquerque; Filho (2006).

Ao se referir a quilombo é comum as pessoas imaginarem comunidades exclusivamente negras formadas por choupanas de palha escondidas no meio da floresta, no alto das montanhas, longe das cidades, fora do alcance dos senhores e onde se vivia apenas da própria lavoura, da caça, da pesca e do extrativismo. Mas não é bem essa a história de um grande número de quilombos no Brasil. Em todo o país foram muitos os negros rebeldes reunidos em pequenos grupos nos arredores de engenhos, fazendas, vilas e cidades, em lugares conhecidos por seus senhores e autoridades. (Albuquerque; Filho, 2006, p. 118).

O Quariterê destacou-se também pela sua capacidade militar. Conforme alguns artigos pesquisados, os mesmos relatam que seus habitantes mantinham estratégias de defesa bem elaboradas, resistindo a diversas incursões enviadas pelas tropas coloniais. Essa dimensão de compreensão militar era acompanhada de uma organização política peculiar³³, marcada pela

³² Refere-se a algo que compreende ou reúne várias etnias, ou grupos com semelhanças culturais, linguísticas ou raciais diferentes. (Grifo do autor).

³³ Se refere a um aspecto ou característica relacionado à guerra, ao conflito ou a um estado de guerra, podendo ser interpretado como um fator que envolve estratégia, combate, conflito ou como algo que é arma ou que serve para

presença de lideranças que garantiam coesão social e estratégias de resistência. Dentro desse contexto, é fundamental observar que a liderança de Tereza de Benguela foi o fator que consolidou o quilombo como referência de resistência na região. Durante aproximadamente duas décadas, sua atuação possibilitou a manutenção da autonomia da comunidade, em um ambiente fortemente hostil e marcado pela repressão colonial.

Pode-se dizer que há muitos relatos acerca do destino final de Tereza de Benguela, algumas apontam que ela foi executada, enquanto outras sugerem que tenha se suicidado para não ser capturada. Sobre estes pontos da situação de seu destino, Bandeira (1988 *apud* Machado, 2006) afirma:

“quando foi preza, esta negra Amazona parecia *furiosa*. E foi tal a paixão que tomou em a ver conduzir para esta Vila que morreu enfurecida”. Os vexames e a grande violência que se abateram sobre a Rainha e seu povo, com o objetivo expresso da subjugação humilhante, foram demais para Teresa que encontrou na loucura uma forma de reação, recusando-se a se entregar e a curvar-se à autoridade dos brancos. Os quilombolas sofreram castigos cruéis em praça pública, expostos à curiosidade do povo, e foram marcados a ferro com a letra F, conforme determinação de alvará régio. Traumatizada pela ruína e aniquilamento de seu quilombo, num dos acessos de furor, expressão de revolta, a Rainha matou-se. O suicídio foi o gesto supremo de rebelião da Rainha à dominação dos brancos. (Bandeira, 1988 *apud* Machado, 2006, p. 9).

Outra versão sobre o fim de Tereza de Benguela, é abordado por Amado; Anzai (2006, *apud* Junior, 2013) que declara que:

Durante o ataque de 1770, a rainha Tereza foi capturada, posta aí em prisão, pá vista de todos aqueles a quem governou naquele reino, lhe diziam estas palavras injuriosas, de forma que, envergonhada, se pôs muda ou, para melhor dizer, amuada. Em poucos dias expirou de pasmo. Morta ela, se lhe cortou a cabeça e se pôs no meio da praça daquele quilombo, em um alto poste, onde ficou para memória e exemplo dos que a vissem. (Amado; Anzai, 2006, *apud* Junior, 2013. P. 91,92).

Em ambos os casos, sua morte representou o fim de uma das mais duradouras experiências de resistência quilombola do Brasil colonial. Apesar da destruição física do quilombo, o legado de Tereza de Benguela permaneceu na memória coletiva. Sua liderança passou a simbolizar a luta das mulheres negras contra a escravidão e o racismo estrutural³⁴,

guerra. (Grifo do autor).

³⁴ O termo foi popularizado no Brasil pelo filósofo Silvio Almeida em seu Livro *Racismo Estrutural* (2019). (Grifo do autor). Eduardo Bonilla-Silva é internacionalmente reconhecido como dos principais formuladores do conceito de “racismo estrutural”. Nascido em 1968 em Porto Rico, ele foi presidente da American Sociological Association

sendo reconhecida oficialmente no Brasil apenas no século XXI. O dia 25 de julho marca a celebração do Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, instituído em 1992 com a finalidade de evidenciar a trajetória histórica de enfrentamento ao racismo e outras pautas femininas. No contexto brasileiro, a data também é destinada a homenagear Tereza de Benguela, pela sua expressiva liderança quilombola e pela resistência organizada frente ao sistema escravista. Nesse sentido, em 2014, o 25 de julho foi instituído como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, conforme (Brasil, 2014).

Esse reconhecimento tardio revela não apenas a força da memória quilombola, mas também a necessidade de resgatar a presença das mulheres negras na historiografia. Como destaca Ratts (2021), com a idéia de que figuras como Tereza de Benguela foram durante muito tempo invisibilizadas pela narrativa oficial, mas hoje constituem símbolos de identidade, resistência e orgulho para o movimento negro e para os estudos históricos críticos. Assim, ao estudar Tereza de Benguela, não se trata apenas de resgatar uma personagem esquecida, mas de compreender como sua trajetória ilumina os desafios enfrentados pelas mulheres negras ao longo da história e como sua memória continua a inspirar lutas contemporâneas. Nesse sentido, Fernandes (1972) declara:

[...] A brasilidade, que herdamos do passado escravocrata e das primeiras experiências de universalização do trabalho livre, é demasiado estreita e pobre para fazer face aos dilemas humanos e políticos de uma sociedade racial e culturalmente heterogênea. Temos de aprender a não expurgar os diferentes grupos raciais e culturais de que eles podem levar criadoramente ao processo de fusão e unificação, para que se atinja um padrão de brasilidade autenticamente pluralista, plástico e revolucionário. [...]. (Fernandes, 1972, p. 17).

O processo de revalorização da figura de Tereza de Benguela nas últimas décadas representa um avanço significativo no campo da memória social brasileira. Durante muito tempo, sua história permaneceu silenciada pelos discursos oficiais, que privilegiaram as narrativas dos colonizadores e omitiram o protagonismo das populações negras e indígenas. A redescoberta de Tereza de Benguela pela historiografia contemporânea e pelos movimentos

(asa) em 2018. Atualmente professor da Universidade de Duke, Bonilla-Silva vem argumentando que a racialização das nossas estruturas sociais é mais efetiva na reprodução das desigualdades do que propriamente ideologia ou doutrina política explicitamente racista. (Campos; Lima, 2024, p. 261). O conceito de racismo institucional foi um enorme avanço no que se refere ao estudo das relações raciais. Primeiro, ao demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual, e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional. P. (Almeida, 2019, p.31).

sociais, pode-se dizer que constitui-se uma forma de reparação histórica. Dessa forma, o reconhecimento de sua liderança e de sua importância para a história contribui para reconstruir a identidade afro-brasileira, mostrando que o povo negro não foi apenas vítima da escravidão, mas também um modelador de alternativo para as comunidades povir. A memória de Tereza de Benguela, portanto, não é apenas lembrança, mas ato político. Celebrar sua trajetória é resgatar um modelo de resistência e dignidade que desafia as narrativas hegemônicas e reafirma o direito à história. Como símbolo da luta das mulheres negras, sua figura possibilita a construção de novas referências identitárias para a juventude brasileira, especialmente para as meninas negras que ainda enfrentam o racismo e o sexismo nas escolas e na sociedade. Porém, se analisarmos essa situação, esta condição da mulher subalternizada e inferiorizada na sociedade brasileira, essa situação existe desde o período colonial, como destaca Konkel; Cardoso; Hoff (2005).

A história de vida das mulheres no período colonial foi registrada inúmeras vezes na literatura portuguesa e brasileira e demonstra a realidade das moças e mulheres casadas que se limitavam à vida do lar e da igreja, ficando à margem do mundo de injustiça, tortura, negócios escusos, trabalho escravo, etc., considerados do universo masculino; portanto, assuntos das ruas, fazendas e tabernas. Nessa realidade do mundo masculino, circulavam as mulheres serviçais, fazendo mediações invisíveis entre o mundo interno e externo à casa dos senhores – realizavam comunicações às mulheres e às moças da elite, informando-lhes o que acontecia na rua, nas tabernas, nas fazendas, nos negócios e nos amores clandestinos das moças da casa senhorial. A sociedade colocava as condições para que as mulheres fossem incapazes de sobreviver de forma autônoma. [...]. (Konkel; Cardoso; Hoff, 2005, p. 41).

Nesse contexto, percebe-se que a trajetória das mulheres não foi fácil, em várias sociedades, somente nas últimas décadas, impulsionada pelos movimentos negros, feministas e pela renovação da historiografia brasileira, no que se refere a Tereza de Benguela, sua trajetória passou a receber reconhecimento acadêmico e político. Os estudos mais recentes a compreendem não apenas como uma líder de um quilombo específico, mas como símbolo de resistência negra e feminina, cuja relevância ultrapassa o contexto regional de Mato Grosso. Ela representa a multiplicidade de papéis assumidos pelas mulheres negras no período colonial, como guerreira, estrategista, e guardiã da cultura.

Desse modo, a historiografia contemporânea, busca compreender a experiência do Quilombo do Quariterê a partir das perspectivas dos sujeitos subalternizados, aqueles que foram excluídos das narrativas hegemônicas. Nessa linha, vários autores contribuem para ampliar a interpretação do papel das mulheres e das populações negras na história. Nessa perspectiva, Dias; Aragão (2025) corroboram a idéia, afirmando que:

[...] A difusão de obras e debates acadêmicos sobre o feminismo negro tem possibilitado que cada vez mais mulheres quilombolas tenham acesso a uma estrutura teórica que valida suas experiências e oferece ferramentas para a luta política. O trabalho dessas intelectuais, aliado à mobilização comunitária, contribui para que as mulheres quilombolas possam atuar como protagonistas em suas próprias narrativas. (Dias; Aragão, 2025, p.5).

Assim, a incorporação das categorias de gênero, raça e classe como instrumentos analíticos tem permitido reconhecer a profundidade do legado de Tereza de Benguela. Sua liderança, antes vista apenas como curiosidade histórica, é hoje entendida como ato político de ruptura, que questiona o patriarcado colonial e propõe outra forma de organização social.

Além da pesquisa acadêmica, a memória de Tereza de Benguela vem sendo ressignificada no campo cultural e educacional. Projetos escolares, produções audiovisuais, obras literárias e eventos acadêmicos têm contribuído para popularizar sua história e inseri-la no imaginário nacional como uma heroína da liberdade. Sobre esses projetos acerca de Tereza de Benguela, Lacerda (2019) explana que:

Tereza de Benguela se torna conhecida nacionalmente no ano de 2014, que após a instituição da lei 12.987, que foi sancionada no dia dois de junho, que decreta que o dia 25 de julho como dia internacional de Tereza de Benguela e da Mulher negra. E na atualidade é reconhecida e homenageada através de escolas que levam seu nome. Em Cuiabá, atual capital do estado de Mato Grosso, existe uma escola que leva o nome da Matriarca, a Emeb Tereza de Benguela que está localizada no Jardim Comodoro. [...] Talvez uma das representações mais simbólicas do tamanho da representatividade de Tereza de Benguela, a nível nacional, seja o fato dela ter sido retratada no sambódromo com o enredo escrito pelo carnavalesco Joãozinho Trinta, que foi apresentado pela escola Viradouro no ano de 1994, tinha como título Tereza de Benguela – Uma Rainha Negra do Pantanal, este é um dos últimos trechos do samba enredo “Vai clarear, Oi vai clarear, Um sol dourado de Quimera, A luz de Tereza não apagará e a Viradouro Brilhará a nova era”. (Lacerda, 2019, p. 94).

Silva (2025), complementa.

A partir do enredo de 1994, a existência de Tereza de Benguela, até então, pouco conhecida, ganhou projeção internacional e chamou a atenção para aspectos pouco conhecidos do grande público sobre presença negra e indígena em Mato Grosso. Manifestações da cultura mato-grossense, como a dança do Congo, o Cururu e o Siriri, cuja influências afro-brasileiras e indígenas são marcantes também foram mostradas. Todas essas referências foram trazidas, cerca de uma década antes da promulgação das leis que instituíram no currículo escolar a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. (Silva, 2025 p. 8).

Desse modo, essa nova leitura historiográfica não apenas devolve visibilidade a uma mulher negra apagada pelo discurso colonial, mas também redefine a própria noção de heroísmo na história brasileira. Em vez do herói individual e militarizado, Tereza de Benguela representa o heroísmo coletivo e feminino, que brota da resistência cotidiana.

2.1 TRAJETÓRIA E ASCENSÃO DE TEREZA DE BENGUELA COMO LIDERANÇA QUILOMBOLA

A trajetória de Tereza de Benguela, inscrita no contexto do século XVIII, ultrapassa as fronteiras temporais e territoriais do Quilombo do Quariterê. A sociedade colonial em que viveu era marcada por uma estrutura profundamente desigual, sustentada pelo sistema escravista e pela rígida hierarquia racial e de gênero. A economia colonial, voltada para a exploração de recursos naturais e o enriquecimento da metrópole portuguesa, mantinha africanos e afrodescendentes em situação de cativo, negando-lhes humanidade, voz e lugar social.

Nesse cenário, os quilombos representaram muito mais que espaços de fuga, tornaram-se um refúgio, um local onde havia sociabilidades sociais e políticas, onde os valores de solidariedade, cooperação e identidade coletiva se opunham à lógica da dominação. O Quilombo do Quariterê, sob a liderança de Tereza de Benguela, tornou-se símbolo dessa resistência organizada. Sua existência prolongada, sua autossuficiência econômica e sua complexa estrutura social demonstram que, mesmo diante da repressão, os povos escravizados foram capazes de criar formas alternativas de viver, baseadas na partilha e na dignidade humana. Nesse contexto, a respeito da organização quilombola, Gomes (2019) afirma:

A economia quilombola mais típica era aquela da produção de farinha de mandioca. Em roças, não raras vezes distantes de seus acampamentos e comunidades, quilombolas plantavam e colhiam mandioca, transformando-a - através da moagem, peneiras e forno - em farinha e outros derivados. Embora a farinha fosse importante como um símbolo da organização socioeconômica das comunidades remanescentes, ela não foi a única produção na economia quilombola. Quilombos se dedicavam ao fornecimento de lenha, à fabricação de cerâmica e cachimbos, além de outros utensílios da cultura material. Por meio do comércio, integravam-se às regiões que os circundavam, fazendo uso de intermediários. [...] Os quilombolas negociavam em larga escala com taberneiros, que em troca de canoas de lenha entregavam mantimentos e demais produtos de que eles necessitavam. Quilombolas também usufruíam do extrativismo. A despeito do deslocamento permanente, ocupavam territórios a partir da utilização de recursos hídricos, da fauna e da flora. Vários casos revelam como eram complexas as regiões selecionadas pelos quilombolas. (Gomes, 2019, p. 388).

Dessa forma, no que se refere ao Quilombo de Quariterê, a liderança de Tereza de Benguela, nesse contexto, assume uma dimensão política singular. Em uma sociedade colonial rigidamente patriarcal, o comando de uma mulher negra sobre uma comunidade quilombola revela um profundo gesto de subversão aos olhos dos que estava no poder. Assim, sua autoridade, reconhecida por africanos, indígenas e mestiços, representava não apenas o poder político, mas também a sabedoria espiritual e o compromisso ético com a liberdade. Tereza de Benguela soube articular guerras, resistência e cuidado, estratégia e solidariedade, atributos que a tornaram símbolo de resistência feminina, Cachimbo; Kabilaewatala (2021).

Nos dias atuais, a figura de Tereza de Benguela transcende o campo histórico e passa a integrar o imaginário da resistência afro-brasileira e do feminismo negro. Sua memória foi ressignificada pelos movimentos sociais, pelos estudos acadêmicos e pela educação antirracista, que a reconhecem como uma das mais importantes lideranças da história do Brasil. Assim, Tereza de Benguela e seu protagonismo, simboliza o reconhecimento histórico das contribuições das mulheres negras na formação da sociedade brasileira. Seu legado, representa todas as mulheres que, desde o período colonial, lutaram por liberdade, igualdade e justiça. Dentro deste contexto de lutas na atualidade, Gohn, (2011) faz a seguinte explanação.

Grupos de mulheres foram organizados nos anos 1990 em função de sua atuação na política, criando redes de conscientização de seus direitos e frentes de lutas contra as discriminações. O movimento dos homossexuais também ganhou impulso e as ruas, organizando passeatas, atos de protestos e grandes marchas anuais. Numa sociedade marcada pelo machismo, isso também é uma novidade histórica. O mesmo ocorreu com o movimento negro ou afrodescendente, que deixou de ser predominantemente movimento de manifestações culturais para ser, sobretudo, movimento de construção de identidade e luta contra a discriminação racial. Os jovens também criaram inúmeros movimentos culturais, especialmente na área da música, enfocando temas de protesto, pelo *rap*, *hip hop* etc. (Gohn, 2011, p. 343).

No campo educacional, o estudo sobre Tereza de Benguela ganhou relevância com a implementação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, que determinam o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, (Brasil, 2003; Brasil,2008). Desse modo, a presença de Tereza nos currículos escolares permite romper com a narrativa eurocêntrica, valorizando o protagonismo negro e feminino na construção da nação. Assim, sua história se torna instrumento pedagógico para refletir sobre racismo, gênero, identidade e cidadania. Além disso, os movimentos quilombolas contemporâneos que lutam pela titulação de terras, pela preservação da cultura e pela equidade social que resgatam em Tereza de Benguela um símbolo

de continuidade histórica.

No que se refere a organização política das comunidades quilombolas de hoje, pautada na coletividade e na defesa dos direitos territoriais, guarda fortes paralelos com o espírito comunitário do Quariterê. A herança de Tereza de Benguela se manifesta também na arte, na literatura e na militância social. Escritoras, cantoras e ativistas negras evocam sua imagem como metáfora da resistência e da autonomia feminina. O nome de Tereza de Benguela é hoje pronunciado em vários ambientes, reafirmando sua presença como símbolo de luta. Seguindo este raciocínio, Rodrigues, (2022) ressalta que:

Indiscutivelmente, hoje, Tereza de Benguela é um dos nomes mais constantes quando tematizamos a história afro-brasileira e a resistência à escravidão. Presente em poemas, canções, samba-enredos, nos principais registros do período colonial no Mato Grosso, tornou-se um verdadeiro símbolo, sobretudo, à geração pós-lei 10.639/2003. (Rodrigues, 2022, p. 495).

Desse modo, comparar o tempo de Tereza de Benguela com a atualidade é perceber que, embora o sistema escravista tenha sido formalmente extinto, as estruturas de desigualdade e exclusão permanecem, sob novas formas. O racismo, o sexismo e a marginalização econômica ainda atingem de maneira desproporcional a população negra sobretudo as mulheres. Nesse sentido, a história de Tereza não é apenas memória, pode-se dizer que é denúncia e inspiração. Portanto, ao revisitar sua trajetória, somos levados a compreender que a luta por liberdade e justiça social, iniciada nos quilombos, continua sendo um desafio contemporâneo. Dessa maneira, a figura de Tereza de Benguela não pertence apenas ao passado colonial, mas integra um processo contínuo de resistência histórica, que vai do século XVIII aos movimentos antirracistas e feministas do século XXI.

A ascensão e liderança de Tereza de Benguela que ocorreu após a morte de seu companheiro, José Piolho, até então líder do Quilombo do Quariterê. A partir desse momento, por volta de 1750, Tereza de Benguela assumiu a chefia da comunidade, mantendo-se no poder por aproximadamente duas décadas, o que revela sua habilidade política e sua capacidade de manter a coesão interna em um período de intensas perseguições. Segundo Lacerda (2019), sua permanência no comando do quilombo demonstra a legitimidade que conquistou entre seus pares, em uma sociedade marcada por estruturas patriarcais que, em via regra, negavam às mulheres espaços de liderança. Assim, sua trajetória deve ser compreendida não apenas como exceção, mas como evidência do protagonismo feminino em espaços de resistência.

O Quilombo do Quariterê alcançou um grau elevado de organização social e política.

registros relatam que a comunidade possuía um sistema interno que incluía uma espécie de assembleia ou conselho, no qual as decisões eram debatidas coletivamente, ainda que Tereza de Benguela tivesse a última palavra em questões de defesa e estratégia. Essa capacidade de articulação econômica garantia relativa autonomia frente ao sistema colonial e fortalecia a resistência contra o escravismo. Referente a organização política, Bandeira (1988 *apud* Machado, 2006) afirma que:

Na organização política residia a especificidade do quilombo Quariterê, que nisso se distinguia de Palmares e dos quilombos do Ambrósio e de Campo Grande. A forma de governo adotada foi a realeza. Havia rei, mas à época da primeira destruição era governado por uma preta viúva, a Rainha Teresa [de Benguela], assistida por uma espécie de parlamentar, com capitão-mor e conselheiro. A alcunha do conselheiro da rainha, José Piolho, transformou-se em uma das designações do quilombo. Nos quilombos de Alagoas e de Minas Gerais, a chefia era masculina e não assumia o caráter de reinado formal, como no quilombo de Vila Bela. (Bandeira, 1988 *apud* Machado, 2006, p. 8).

No campo militar, Tereza de Benguela foi responsável por estruturar estratégias de defesa que envolviam tanto armas de fogo quanto a adoção de táticas de guerrilha, aproveitando o conhecimento do território e a colaboração de indígenas da região. O fato de o quilombo resistir por tantos anos diante das expedições coloniais é testemunho da eficácia dessas estratégias. Mais do que uma liderança militar, Tereza soube mobilizar símbolos de resistência e autoridade, projetando-se como referência política não apenas para o Quariterê, mas também para outros quilombos da região. Sua liderança, portanto, extrapolava a esfera prática e alcançava o campo simbólico, no qual sua imagem se consolidava como representação de luta. Nessa perspectiva, Junior (2013) declara.

Os negros e índios do quilombo estavam armados, uns com armas de fogo, outros com arcos e flechas. As roupas eram fabricadas no próprio quilombo, no qual havia duas tendas de ferreiro, onde consertavam suas ferramentas. Do quilombo estabelecido provinha também todo o alimento necessário para a alimentação e provavelmente para a comercialização em circuitos locais, como observa anos mais tarde Francisco Pedro de Mello em 1795. (Junior, 2013, p. 91).

No século XVIII, a região onde se estabeleceu o Quilombo do Quariterê situava-se em uma área de fronteira entre os domínios portugueses e espanhóis, um território marcado por disputas de poder, pela exploração mineral e pelo uso intenso de mão de obra escravizada. Essa condição fronteiriça fazia da região um espaço de tensão, mas também de oportunidade, era

justamente nesse cenário que o quilombo encontrou brechas para existir e resistir. A localização não foi escolhida ao acaso, Santiago; Silva (2021). Próximo às rotas comerciais e às minas de ouro, o Quariterê se beneficiava tanto das possibilidades de fuga de escravizados quanto do acesso a recursos vitais para a sobrevivência. Além disso, o terreno acidentado, cercado por barreiras naturais, garantia certa proteção contra as incursões coloniais, funcionando como um escudo geográfico. Essa combinação de fatores conferia ao quilombo um caráter estratégico, revelando que sua fundação não foi apenas um ato de resistência espontânea, mas também uma escolha política e militar bem calculada.

Assim, o Quilombo do Quariterê se diferenciava por seu nível de sagacidade, um exemplo concreto de que, mesmo sob as condições mais adversas, era possível construir sociedades resistentes³⁵. Desse modo, a estrutura robusta do Quilombo do Quariterê encontrou em Tereza de Benguela uma liderança capaz de transformá-la em exemplo de resistência organizada. Após a morte de seu companheiro, José Piolho, Tereza assumiu a condução política e militar da comunidade, demonstrando não apenas coragem, mas também uma notável habilidade estratégica. Porém, alguns relatos revelam que Tereza de Benguela utilizava de métodos não convencionais para a demonstração de força e comando, sobretudo aos desertores, como afirma Machado (2006).

Na sua rigidez disciplinadora, a rainha ficou conhecida por aplicar duros castigos aos desertores, como enforcamentos, fraturas das pernas e enterramento vivo. Como em Palmares, na religião havia um sincretismo entre cristianismo e valores religiosos africanos. Quando abatido pela primeira vez, sua população era de 79 negros, homens e mulheres, e 30 índios, levados a ferros para Vila Bela, morrendo e fugindo muitos. (Machado, 2006, p. 8).

Dessa forma, sua atuação deu continuidade ao processo de fortalecimento do quilombo. A posição geográfica, já favorável pela proximidade às rotas comerciais e pelas barreiras naturais de proteção, foi potencializada pela capacidade de Tereza de Benguela em articular tanto a defesa militar quanto a vida interna da comunidade. Assim, sua liderança também se destacava pela valorização da diversidade que caracterizava o Quariterê. Africanos, afrodescendentes e indígenas conviviam e compartilhavam diferentes tradições, formando um espaço plural em que a coletividade era princípio central. Sob sua orientação, esses grupos não

³⁵ As sociedades quilombolas são consideradas resistentes, pois sua própria existência desde o período colonial é uma forma de luta contra a opressão e a escravidão. Essa resistência manifesta-se na busca pela manutenção do território, da cultura e da identidade, na preservação de modos de vida alternativos e na luta contínua pela titulação e reconhecimento de suas terras, apesar de ameaças e violações de direitos. (Grifo do autor).

apenas coexistiam, mas se integravam, fortalecendo a vida comunitária e tornando o quilombo ainda mais resiliente diante das pressões externas. Desse modo, a trajetória de Tereza de Benguela não pode ser dissociada das características estruturais e geográficas do Quariterê. Foi a combinação entre um território estratégico, uma comunidade organizada e uma liderança firme e que permitiu que o quilombo se tornasse uma das experiências mais notáveis de resistência do período colonial brasileiro.

O Quilombo representa uma das experiências mais significativas de resistência no período colonial brasileiro. No caso do Quilombo de Quariterê, a robustez da comunidade, formada por africanos, afrodescendentes e indígenas, evidenciava a força da diversidade cultural como elemento sobrevivência. Assim, o quilombo não era um refúgio improvisado, mas uma sociedade organizada, com agricultura produtiva, comércio ativo e práticas espirituais. Essa combinação transformava o quilombo em uma verdadeira alternativa de vida livre, em confronto direto com o sistema escravista.

Nesse contexto, pode-se dizer que a liderança de Tereza de Benguela elevou o quilombo a um patamar ainda mais expressivo. Sua habilidade em conciliar a defesa militar com a manutenção da vida cotidiana garantiu a continuidade da comunidade frente às investidas coloniais. Mais do que guerreira, Tereza de Benguela foi estrategista e símbolo de união. Embora o Quilombo tenha sido destruído pelas forças coloniais, sua memória sobreviveu. De tal maneira, que “os quilombolas que conseguiram fugir ao ataque reconstruíram o quilombo. Tanto que o quilombo do Piolho foi novamente atacado em 1795, conforme notícia o ofício datado de 30 de dezembro de 1795.” (Junior, 2013, p. 92). Nesse sentido, Tereza de Benguela permanece como símbolo da luta contra a escravidão, da força feminina negra e da capacidade de construir alternativas coletivas em contextos de opressão. Assim, o legado do quilombo não se resume ao passado, mas o mesmo inspira até hoje movimentos sociais, quilombolas e feministas, que veem em Tereza de Benguela e em seu povo a prova viva de que a liberdade é possível mesmo nos cenários mais adversos. Por isso, o Quilombo de Quariterê e sua líder não apenas resistiram ao poder colonial, mas deixaram como herança um exemplo de dignidade e coragem, valores que continuam ecoando na história e na identidade do Brasil.

2.2 TEREZA DE BENGUELA: SUA ATUAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E DEFESA DO QUILOMBO

A compreensão da trajetória de Tereza de Benguela exige um olhar atento sobre o contexto político e econômico da colonização portuguesa no século XVIII. O sistema colonial

foi estruturado sobre a lógica da exploração e da dominação, sustentando-se na escravidão como base da economia e do controle social. Nesse cenário, as populações africanas e afrodescendentes foram reduzidas à condição de propriedade, e sua humanidade, sistematicamente negada. Desse modo, a escravidão não era apenas uma prática econômica, mas um projeto político de poder, que articulava o domínio territorial, a supremacia europeia e a imposição de um modelo cultural centrado na branquitude³⁶, assim, no contexto da Capitania de Mato Grosso, Rodrigues (2016) esclare que:

A instituição escravista na Capitania de Mato Grosso, fronteira entre a América portuguesa e espanhola, ao mesmo tempo em que apresentou características análogas a outras partes do Império lusitano, se mostrou singular e dinâmica. [...] A instituição escravista na Capitania de Mato Grosso, de maneira geral, quando comparada aos grandes centros urbanos do século XVIII, se tratava de um espaço consideravelmente menor, abastecido por três rotas comerciais: a rota sul, norte e caminho terrestre. As duas primeiras eram rotas fluviais que partiam, respectivamente, do Rio de Janeiro e Grão-Pará; a terceira da Bahia, por meio do Goiás. [...] No caso específico da Capitania de Mato Grosso, na extração de ouro, agricultura de subsistência e afazeres domésticos. Igualmente, como em algures, acabou por empreender resistências individuais e coletivas à mão-de-obra compulsória. Tais movimentos eram perceptíveis especialmente nas fugas e formação de quilombos nos mais diferentes pontos da Capitania. (Rodrigues, 2016, p. 245,246).

Nesse sentido, Rodrigues (2022) reforça.

Vale chamar atenção também para duas outras características da escravidão no Mato Grosso, relacionadas ao emprego e ruptura com a sociedade escravista. Assim como em outras regiões das Américas, escravizados foram inseridos nas mais variadas atividades econômicas. Não obstante ser a mineração o principal destino da mão-de-obra cativa, foram distribuídos na agricultura de subsistência, pecuária, construção de obras públicas, serviços domésticos e diversas outras ocupações nos espaços urbanos dos arraiais, vilas e cidades edificadas ao longo da capitania nos séculos XVIII e XIX. (Rodrigues, 2022, p. 500).

Desse modo, a ordem colonial baseava-se na crença de que o homem branco, cristão e

³⁶ Branquitude refere-se a uma construção social e histórica que posiciona pessoas brancas no topo da hierarquia racial, conferindo-lhes privilégios simbólicos, materiais e subjetivos em sociedades estruturadas pelo racismo. (Grifo do autor). No Brasil, apesar do termo branquitude já ter sido utilizado pela primeira vez na obra de Gilberto Freyre, é somente a partir do ano 2000 que o tema passa a ganhar força no cenário acadêmico [...] O termo branquitude foi utilizado em primeira instância, em 1962, por Gilberto Freyre, que critica tanto a utilização do termo branquitude como negritude, já que defendia a existência da democracia racial brasileira através. (Moreira, 2014). A branquitude é “um lugar de privilégio racial, econômico e político carregado de valores, de experiências e identificações efetivas que definem a sociedade” Bento, (2002 *apud* Gemaque Neto; Silva Neto; Araújo Neto; Menezes, 2023).

europeu era o sujeito legítimo da história, enquanto os demais grupos como indígenas, africanos e mestiços, eram relegados ³⁷ à margem da sociedade, vistos como inferiores. Dentro dessa estrutura de dominação, o surgimento dos quilombos representou uma ruptura radical com o sistema vigente. Eles eram, ao mesmo tempo, refúgio e afronta política, pois demonstravam que os negros não eram dóceis nem passivos, mas agentes históricos capazes de construir uma nova sociabilidade. Nesse sentido, a existência de Tereza de Benguela como líder quilombola desafia não apenas o regime escravista, mas a própria ideologia racista e patriarcal sobre a qual se sustentava o colonialismo. Desse modo, o racismo, portanto, não deve ser entendido apenas como preconceito individual, mas como um mecanismo estrutural criado para justificar e perpetuar a exploração. A naturalização do racismo nas relações sociais, tornou-se herança na formação da sociedade brasileira, pois desde o período colonial os negros eram escravizados e marginalizados. A resistência de Tereza de Benguela e de seu povo denuncia essa estrutura e revela que, desde o período colonial, as lutas negras foram também lutas pela reconstrução da humanidade. Com relação ao colonialismo, Cruz; Almeida (2022) destaca que:

O colonizador utilizou diversas estratégias para dominar o território latino-americano, não respeitando nada, nem a vida humana, nem o meio ambiente. Nessa busca desenfreada por riqueza e poder, o colonizador pautou-se em destruir tudo que não lhe pertencia, natural ou culturalmente, para assim, implantar seu modo, seus costumes e maneiras de ser como os únicos corretos. Nesse sentido, o europeu sempre seria visto como superior e civilizado; e qualquer outro povo, como inferior. (Cruz; Almeida, 2022, p. 198).

Ao compreender essa dimensão estrutural do racismo, a figura de Tereza de Benguela ganha ainda mais relevância, pois ela resistiu a um sistema que não apenas escravizava corpos, mas tentava subjugar identidades e destruir memórias. Outro aspecto de grande importância no Quilombo do Quariterê diz respeito à transmissão de saberes, pois a educação quilombola, embora não institucionalizada, constituía-se como um sistema de conhecimento coletivo, baseado na oralidade, na experiência e na sabedoria ancestral. No que se refere à transmissão dos saberes dos quilombos, é interessante observar a menção de Domingues; Gomes, (2013).

[...] Apropriada em narrativas da memória e transmitida de geração a geração através da oralidade, a ideia de quilombo foi ressignificada como referência histórica fundamental, tornando-se, assim, um símbolo no processo de construção e afirmação social, política, cultural e identitária do movimento

³⁷ Afastados, banidos ou colocados em segundo plano. Durante o período da escravidão, pessoas negras eram sistematicamente segregadas, excluídas da vida social e empurradas para posições de completa inferioridade. (Grifo do autor).

negro contemporâneo no Brasil. Se antes o quilombo era visto como resistência ao processo de escravização do negro, a partir dali ele se converteu em símbolo, não só de resistência pretérita, como também de luta no tempo presente pela reafirmação da herança afro-diaspórica e busca de um modelo brasileiro capaz de reforçar a identidade étnica e cultural. (Domingues; Gomes, 2013, p. 10).

Sobre a cultura oral quilombola, Dias; Aragão (2025) complementa.

A resistência das mulheres quilombolas se dá, constantemente, através da manutenção e da valorização de saberes ancestrais. A cultura oral desempenha um papel fundamental na transmissão de conhecimentos sobre ervas medicinais, práticas agrícolas sustentáveis e organização comunitária. (Dias; Aragão, 2025, p. 4).

Nesse sentido, a vida no quilombo era também um processo educativo contínuo. Cada geração aprendia com a anterior. Pode-se dizer que a aprendizagem ocorria no cotidiano e nas tarefas compartilhadas. Esse tipo de ensino valorizava a memória e o exemplo prático, formando sujeitos conscientes de sua história e de sua responsabilidade. No caso dos Quilombos, os saberes femininos tiveram papel essencial, como destaca Santiago; Silva (2021).

As mulheres também ficavam responsáveis por outras atividades ligadas ao setor doméstico, como lavar, cozinhar, varrer e fabricar as vestimentas dos familiares com os tecidos, chamados de “corte de pano”, adquiridos com os vendedores locais. Essas atividades, geralmente, eram realizadas somente pelas mulheres, que, na educação das crianças, repassavam essas e outras ocupações. (Santiago; Silva, 2021, p. 172,173).

As mulheres no período colonial, eram as principais transmissoras da cultura, responsáveis por ensinar às crianças. Essa educação comunitária possuía uma base ética e afetiva, fundamentada no respeito à ancestralidade. Desse modo, contextualizando o período, no qual se refere a educação, Almeida; Julio, (2024) destaca que:

É importante destacar que as mulheres tiveram papel fundamental na educação durante o período colonial; entretanto, a presença e a atuação feminina se deram muitas vezes de outras formas e em espaços diferentes dos “tradicionais”, como, por exemplo, aqueles constituídos para a apropriação da leitura e escrita. Quando elas atuavam no processo de aprendizagem, isso se dava no ambiente doméstico ou em espaços religiosos, como conventos e recolhimentos, direcionados majoritariamente aos grupos mais privilegiados da sociedade. (Almeida; Julio, 2024, p. 4).

A presença de Tereza nesse contexto indica a existência de um modelo educativo emancipador no quilombo, o conhecimento não servia para dominar, mas para libertar. Ele era instrumento de autonomia e preservação cultural, não de controle. O aprendizado estava ligado ao corpo, à natureza e à religiosidade. O uso das ervas medicinais, o cultivo da terra e os rituais de cura expressavam uma compreensão do mundo integrada e sensível, muito diferente do modelo eurocêntrico, no qual era utilizado pelos colonizadores.

Na atualidade, “entender que a escola quilombola é uma conquista dos povos de comunidades negras, uma esperança de manter viva sua identidade” (Mohr; Santinho; Bessa-Oliveira, 2022, p. 12) faz com que as escolas situadas em comunidades quilombolas retomam em um contexto de uma educação, pautada na valorização do território, na ancestralidade e da memória coletiva. Assim, o legado educativo quilombola não pertence apenas ao passado, mas se mantém vivo como referência cultural, mostrando que na resistência também se aprende e se ensina.

No que diz respeito a religiosidade, a mesma desempenhou um papel essencial na sustentação moral e emocional das comunidades quilombolas. Em um contexto em que a cultura africana era sistematicamente reprimida pela colonização portuguesa, a preservação das crenças e práticas religiosas de origem africana representava um ato de insubmissão. Nesse contexto de religiosidade acerca do Quilombo do Quariterê, Sá Junior (2008) destaca.

A crença dos brancos sobre o poder das práticas mágicas e feitiçarias servia para explicar muitos propósitos. Os anais de 1770, ao buscarem explicar a longevidade de um quilombo liderado pela Rainha Tereza, como era “intitulada”, se apóiam em explicações mágicas. (Sá Junior, 2008, p. 154).

Nesse sentido, a espiritualidade quilombola era profundamente sincrética, mesclando tradições africanas, como cultos aos ancestrais, rituais de proteção e celebrações ligadas à natureza com elementos indígenas e “parece que no quilombo havia, do ponto de vista religioso, mescla de alguns valores do catolicismo popular com as religiões africanas” (Moura, 2021, p 46). Essa fusão resultava em uma religiosidade própria, que refletia a diversidade cultural dos povos que compunham o quilombo. Os rituais realizados no quilombo, fortalecia espiritual e o social.

Desse modo, a figura de Tereza de Benguela, vista por seus contemporâneos como uma líder de fé e sabedoria, representa a fusão entre a força política e o poder espiritual. Ela não apenas organizava o quilombo militarmente, mas também inspirava esperança e coragem, desempenhando um papel quase sacerdotal dentro da comunidade. Nesse sentido, a

religiosidade africana, portanto, não era mero aspecto cultural, mas era a ferramenta de resistência, linguagem simbólica que transmitia valores de solidariedade, igualdade e ancestralidade. Assim, manter viva essa espiritualidade em meio à violência colonial foi uma das formas mais profundas de enfrentar o apagamento imposto pelo sistema escravista. A organização política do Quilombo do Quariterê foi um dos fatores determinantes para sua sobrevivência. Com a liderança de Tereza de Benguela, a comunidade manteve uma estrutura de poder marcada pela participação coletiva e pela adoção de estratégias de defesa que garantiam sua autonomia.

Tereza de Benguela demonstrava grande habilidade em articular diferentes grupos étnicos, conciliando interesses e fortalecendo a coesão interna do quilombo. Essa capacidade de liderança feminina, em um contexto fortemente patriarcal, representou uma ruptura com os modelos tradicionais de poder, evidenciando que as mulheres também exerciam papéis centrais nos processos de resistência, “percebemos assim, as contribuições das negras de ganho na construção de redes de solidariedade e articulação entre escravizados na luta na pela libertação das amarras do sistema de dominação escravista.” (Cisne; Ianael, 2022, p. 196). Desse modo, o enfrentamento do sistema escravista não se limitava ao campo militar, mas incluía também a preservação de tradições culturais, a organização social e a projeção de um modelo alternativo de sociedade. Por isso, além da dimensão política, a liderança de Tereza de Benguela também tinha caráter simbólico, sua figura passou a representar o poder de organização e a luta pela liberdade.

Assim, pode-se dizer que viver no Quilombo do Quariterê significava muito mais do que simplesmente escapar da escravidão. Era recomeçar, reconstruir uma identidade³⁸ arrancada à força, e ao mesmo tempo inventar novas formas de existir em liberdade. Os quilombos eram, acima de tudo, espaços de sociabilidade, lugares onde homens, mulheres e crianças se reuniam para transformar dor em esperança, e fuga em vida comunitária.

Africanos, afrodescendentes e indígenas partilhavam o mesmo chão e o mesmo destino, misturando saberes e tradições. Do encontro entre culturas nasciam modos únicos de plantar, de rezar, de celebrar e de cuidar uns dos outros. Era no ritmo da agricultura, no preparo das ervas, nos rituais religiosos e nos cantos coletivos que se firmava uma identidade plural, marcada pelo espírito de coletividade e pela recusa em se submeter à lógica colonial. Nessa

³⁸ Foi marcado pela autonomia, organização social e econômica, que reunia negros e indígenas com foco na resistência contra a colonização. A memória coletiva, a história oral e a luta por direitos são fundamentais na manutenção dessa identidade, que se fortaleceu pela organização política e pela defesa de um modo de vida próprio. (Grifo do autor).

perspectiva, Rodrigues (2015) ressalta.

A população total que havia no Quilombo Grande, de acordo com a documentação consultada, variava de 100 a 110 indivíduos. [...] Apesar da variação, com eles também haviam indígenas, que, segundo os Anais de Vila Bela, eram índias, que os tais negros tinham apanhado no sertão, onde matavam os machos e traziam as fêmeas para delas usar como de mulheres próprias. (Rodrigues, 2015, p. 273).

Rodrigues (2015) ainda complementa.

Posteriormente, com o desmantelamento do Quilombo Grande, aparentemente foram reformuladas as relações entre os quilombolas e indígenas, que acabaram por resultar na convivência de ambos, ao passo que alguns se esvaeciam na morte por velhice. Em outras palavras, de acordo com a necessidade de sobrevivência, estratégias podem ter se alterado. Assim, para se manter fora da sociedade escravista, o quilombola precisava tecer relações tanto com povoados luso-brasileiros escravistas, como também com indígenas que habitavam territorialidades vizinhas. (Rodrigues, 2015, p. 274, 275).

Em vista disso, no Quilombo de Quariterê, a força feminina se revelou de forma extraordinária na liderança de Tereza de Benguela. Depois da morte de José Piolho³⁹, seu companheiro, ela assumiu a condução do quilombo, onde mostrou que resistir não era só lutar com armas, mas também cultivar a terra, preservar a cultura, costurar e manter viva a chama da liberdade no cotidiano. Referente o cotidiano das mulheres nos quilombos, Santiago, Silva (2021) declara.

Embora houvesse uma divisão de trabalhos, mulheres e crianças mantinham-se ocupadas envoltas a serviços diversos, desde plantações e colheitas, a procura de lenha na mata, o abastecimento dos potes com água do rio, o trabalho com o pilão e o forno de barro até os serviços extrativistas e de carregamento de sacas de castanha. [...]. (Santiago, Silva, 2021, p. 172).

Por isso, o Quilombo de Quariterê pode ser visto como um lugar onde buscava-se a liberdade. Assim, as dinâmicas sociais e culturais do Quilombo não foram apenas estratégias de sobrevivência, mas foram um ato de humanidade, um testemunho de que, mesmo em meio à repressão, era possível criar um mundo diferente, onde a coletividade valia mais do que a

³⁹ No período de José Piolho, o quilombo tinha uma dinâmica parecida com a de outros núcleos de resistência de negros fugidos da escravidão, agricultura de subsistência com pequenas trocas com comunidades vizinhas e um sistema de defesa simples, que apenas respondia a ataques pontuais, mais baseado na força física da capoeira do que em estratégia e armas. (Grifo do autor).

opressão, e as em pequenas e grandes resistências tinha foco na liberdade.

2.3 RESISTÊNCIA À OPRESSÃO: ENFRENTAMENTO DO SISTEMA COLONIAL E ESCRAVISTA

A atuação de Tereza de Benguela deve ser compreendida em diálogo com o contexto opressor da sociedade colonial brasileira, caracterizada pelo escravismo, pelo racismo estrutural e pelo patriarcado. Sua liderança, nesse sentido, foi um duplo enfrentamento contra o sistema escravista e contra as estruturas de gênero que limitavam o papel das mulheres à domesticidade⁴⁰. A resistência quilombola, expressa de maneira exemplar no Quilombo do Quariterê, que não pode ser compreendida apenas como um movimento de fuga ou oposição armada ao sistema escravista, mas, deve ser entendida como um projeto político e social alternativo, construído em meio à adversidade e orientado por valores distintos daqueles que regiam a sociedade colonial.

Nessa perspectiva, a liderança de Tereza de Benguela simboliza um ponto de inflexão, pois ela soube compreender que resistir não era apenas combater o inimigo externo, mas construir um modo de vida possível dentro do impossível. Sob sua liderança, o Quilombo de Quariterê consolidou práticas de produção agrícola, comércio, defesa militar e expressão cultural que revelam a capacidade dos quilombolas de elaborar soluções práticas e simbólicas para os desafios da sobrevivência, isso revela que o combate à escravidão não se deu apenas pelas armas, mas também pela construção de um modelo alternativo de sociedade, baseado na cooperação, na pluralidade étnica e na valorização da cultura negra e indígena. Esse aspecto torna a experiência liderada por Tereza de Benguela não apenas um episódio de resistência, mas um projeto político e cultural de liberdade. Acerca dessa pluralidade étnica e cultura de liberdade, que é basicamente uma autossuficiência em vários âmbitos, Lordelo (2019) afirma:

Alguns documentos contidos no Arquivo Público do Mato Grosso e nos Anais de Vila Bela registram características de alguns quilombos. [...] Na documentação que trata sobre o quilombo do Piolho, também encontramos diversidades nas plantações: “milho, feijão, favas, mandioca, amendoins, batatas, carás, e outras raízes, assim como muitas bananas, ananases, abóboras, fumo, galinhas, e algodão de que faziam panos grossos e fortíssimos, com que se cobriam”, local também “abundante de caça e o rio de muito peixe”. A partir dessas descrições conseguimos perceber a

⁴⁰ Se refere à situação de uma pessoa que trabalha em casa de outra, prestando serviços. Condição de estar habituado à vida em casa, ou seja, qualidade de ser doméstico ou domesticado. (Grifo do autor).

autossuficiência dos quilombos. A presença de indígenas nos quilombos no Mato Grosso foi relatada por diversas autoridades coloniais. No quilombo Grande relatou-se haver, em 1770, 69 gentios da Guiné e “trinta e tantas índias”; no quilombo do Piolho, em 1795, também foi relatada a presença indígena: “destes escravos novamente aquilombados, morreram muitos, uns com velhice, outros às mãos do gentio Cabixis, com que tinham continuada guerra, afim de lhe furtarem as mulheres”. (Lordelo, 2019, p.160).

Desse modo, ao organizar-se de forma autônoma, a comunidade quilombola de Quariterê criou um modelo social baseado na coletividade, na partilha dos meios de produção e na reciprocidade social. Esse modo de vida contrastava com a lógica da exploração imposta pela coroa portuguesa. Assim, “seriam os quilombos os mais representativos contestadores do regime escravista porque teriam constituído outras sociedades fora da escravidão e baseadas em princípios de igualdade e liberdade” (Lordelo, 2019, p. 37). O quilombo, portanto, não era um espaço de desordem, mas um território de ordem própria, onde se buscava restabelecer a dignidade negada pela escravidão.

Nesse sentido, a resistência, portanto, assume várias dimensões, como material, cultural e espiritual. Cada canto entoado, cada ritual religioso, cada colheita compartilhada representava um gesto político, uma forma de afirmar a humanidade dos que eram tratados como mercadoria. Assim, o quilombo se tornava um espaço de reeducação social, onde se reinventavam valores de solidariedade, liberdade e igualdade. Nesse sentido, a atuação de Tereza de Benguela adquire especial relevância quando observada sob a ótica das relações de gênero. No contexto colonial, as mulheres negras eram duplamente oprimidas pelo sistema escravista e pelo patriarcado. Ainda assim, elas foram pilares da resistência cotidiana, conforme comenta Cisne; Ianael (2022).

As mulheres cativas recorreram a várias formas de recusa a dominação que lhes são impostas. Podendo ir desde ações individuais e cotidianas, como fugas, abortos, infanticídios e suicídios, até ações mais coletivas como as participações nas rebeliões e na formação de quilombos. (Cisne; Ianael, 2022, p. 196).

Dessa forma, a liderança de Tereza de Benguela rompeu as fronteiras impostas à mulher de seu tempo. Ela não apenas ocupou um espaço de comando, mas redefiniu a forma de exercer o poder. Diferente do modelo autoritário masculino vigente, seu estilo de liderança era participativo, integrador e profundamente ligado ao cuidado com a comunidade. Essa forma de condução política aproximava-se mais daquilo que hoje se reconhece como um modelo de liderança social e comunitária, pautada na empatia, na escuta e na responsabilidade, Amado;

Anzai, (2006 *apud* Junior, 2013) complementa.

governava esse quilombo a modo de parlamento, tendo para o conselho uma casa destinada, para a qual, em dias assinalados de todas as semanas, entravam os deputados, sendo o de maior autoridade, tido por conselheiro, José Piolho, escravo da herança do defunto Antônio Pacheco de Moraes. Isso faziam, tanto que eram chamados pela rainha, que era a que presidia e que naquele negral Senado se assentava, e se executavam à risca, sem apelação nem agravo. (Amado; Anzai, 2006 *apud* Junior, 2013, p. 90,91).

Dessa forma, a presença feminina nas estruturas quilombolas evidencia a capacidade das mulheres negras de transformar o espaço doméstico em território político. Pode-se dizer que nas cozinhas, nas lavouras construíam-se laços de solidariedade e estratégias de resistência que garantiam a continuidade da vida comunitária. Tereza de Benguela simboliza a fusão entre esses dois mundos, o da resistência prática e o da espiritualidade ancestral que se tornaram o alicerce de uma luta coletiva. Desse modo, sua história amplia a compreensão de que as mulheres não foram apenas coadjuvantes na formação dos quilombos, mas agentes centrais na manutenção da vida, da cultura e da liberdade. Essa perspectiva dialoga diretamente com os estudos contemporâneos de gênero e decolonialidade⁴¹, que buscam resgatar as vozes silenciadas pela historiografia oficial e reconhecer o papel das mulheres negras como protagonistas de processos históricos. Sobre a questão de gênero, Soihet (1997) afirma que:

Gênero tem sido, desde a década de 1970, o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. Foi inicialmente utilizado pelas feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indica uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero se torna, inclusive, uma maneira de indicar as “construções sociais” — a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e as mulheres. O “gênero” sublinha também o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado. [...]. (Soihet, 1997, p. 404).

Assim, no contexto de resistência também se manifestava por meio da preservação da

⁴¹ (Des)colonialidades é um conceito cujo ponto de origem foi o Terceiro Mundo. Para ser mais preciso, surgiu no mesmo momento em que a divisão em três mundos se desmoronava e se celebrava o fim da história e de uma nova ordem mundial. A aparição deste conceito teve um impacto de natureza semelhante ao que produziu o conceito de “biopolítica” cujo ponto de origem foi a Europa. [...] A descolonialidade não consiste em um novo universal que se apresenta como o verdadeiro, superando todos os previamente existentes; trata-se antes de outra opção. Apresentando-se como uma opção, o decolonial abre um novo modo de pensar que se desvincula das cronologias construídas pelas novas epistemes ou paradigmas (moderno, pós-moderno, altermoderno, ciência newtoniana, teoria quântica, teoria da relatividade etc.). (Mignolo, 2017).

memória e da cultura africana, que no Quilombo de Quariterê se reinventava constantemente. Desse modo, a cultura quilombola, portanto, não era apenas expressão estética, mas ato político de afirmação da identidade, pois “durante toda a época colonial é possível reconhecer na sociedade escravista, uma cadeia ininterrupta de resistência, não apenas com ações pontuais e raras, mas também em uma luta permanente e articulada nas manifestações de inconformismo pela liberdade” (Cisne; Ianael, 2022, p. 196). Dessa forma, no contexto colonial, em que a cultura africana era sistematicamente reprimida, manter vivas as tradições era resistir à tentativa de apagamento cultural imposta pelo sistema escravista. Essa herança simbólica é o que faz de Tereza de Benguela não apenas uma líder militar, mas também uma guardiã da memória ancestral. No entanto, após duas décadas de existência sob o seu comando, o quilombo foi derrotado por expedições coloniais, e Tereza de Benguela teria sido capturada e morta, segundo alguns registros já mencionado. Apesar da derrota material, sua liderança consolidou-se na memória como exemplo de resistência, sendo resgatada pela historiografia recente e pelos movimentos sociais contemporâneos como símbolo da luta das mulheres negras.

A presença de Tereza de Benguela no comando de um quilombo de grande expressão como o Quilombo de Quariterê coloca em debate o papel do gênero na organização do poder em comunidades de resistência. A historiografia tradicional, marcada por uma perspectiva androcêntrica⁴², frequentemente silenciou ou minimizou a atuação feminina, priorizando figuras masculinas como Zumbi de Palmares ou Ganga Zumba. Porém, referente a contribuição de Zumbi de Palmares na luta antirracista, Fabrini (2018) afirma que:

Um marco importante na repercussão da luta antirracista em específico no Brasil colonial está vinculado na figura lendária de Zumbi dos Palmares. É considerado um dos grandes símbolos de resistência negra brasileira. Foi um dos líderes do Quilombo dos Palmares, hoje situado no Estado de Alagoas no município da União dos Palmares - na da Serra da Barriga. O quilombo de Palmares era uma comunidade formada por escravos que escaparam da violência das fazendas, senzalas e prisões da época. Por meados de 1678, o quilombo continha uma população com média de trinta mil pessoas, então lideradas por Ganga Zumba. Após anos de conflitos entre a ordem vigente, a Coroa Portuguesa propõe um acordo de paz, dando a liberdade a todos do quilombo desde que se submetessem as autoridades portuguesas. Ganga Zumba aceita tal acordo, e Zumbi dos Palmares, não concordando com o tratado, desafia sua liderança, prometendo continuar a resistência contra a opressão Portuguesa, tornando-se assim o novo líder do quilombo de Palmares. (Fabrini, 2018, p. 1).

⁴² O androcentrismo é um termo cunhado pelo sociólogo americano Lester F. Ward que diz respeito às perspectivas que levam em consideração o homem como foco de análise do todo. Está literalmente ligado à noção de patriarcado. (Nascimento, 2020).

Portanto, sem haver desmerecimento para com figuras históricas, no que diz respeito a figura masculina, os estudos recentes em história das mulheres e história de gênero têm revelado que o protagonismo feminino foi central para a construção de comunidades quilombolas. Nesse sentido, Scott (1995), argumenta que o gênero deve ser compreendido como uma categoria útil de análise histórica, pois ilumina as relações de poder que atravessam as organizações sociais e política. Assim, aplicar essa categoria ao estudo de Tereza de Benguela, permite compreender como sua liderança rompeu com o padrão patriarcal e ampliou as possibilidades de resistência. Além de comandar militarmente a comunidade, Tereza de Benguela representava também uma liderança simbólica, que se estendia ao campo cultural e social. Em vista disso, ao exercer a liderança de forma legítima, ela demonstrava que as mulheres negras não apenas ocupavam espaços de resistência, mas também podiam conduzi-los de maneira estratégica e eficaz. Dentro desse contexto, reforçando a questão de gênero, Scott (1995), explana que:

Esses usos descritivos do termo "gênero" foram empregados pelos/as historiadores/as, na maioria dos casos, para delimitar um novo terreno. À medida que os/as historiadores/as sociais se voltavam para novos objetos de estudo, o gênero tornava relevante temas tais como mulheres, crianças, famílias e ideologias de gênero. Em outras palavras, esse uso de "gênero" refere-se apenas àquelas áreas, tanto estruturais quanto ideológicas, que envolvem as relações entre os sexos. Uma vez que, aparentemente, a guerra, a diplomacia e a alta política não têm a ver explicitamente com essas relações, o gênero parece não se aplicar a estes objetos, continuando, assim, a ser irrelevante para o pensamento dos/as historiadores/as preocupados/as com questões de política e poder. Isto tem como efeito a adesão a uma certa visão funcionalista, fundamentada, em última análise, na biologia e na perpetuação da idéia de esferas separadas na escrita da história (sexualidade ou política, família ou nação, mulheres ou homens). Ainda que, nessa utilização, o termo "gênero" sublinhe o fato de que as relações entre os sexos são sociais, ele nada diz sobre as razões pelas quais essas relações são construídas como são, não diz como elas funcionam ou como elas mudam. No seu uso descritivo, o termo "gênero" é, então, um conceito associado ao estudo de coisas relativas às mulheres. [...]. (Scott, 1995, p. 76).

A trajetória de Tereza evidencia que a resistência quilombola não pode ser compreendida como um fenômeno isolado, mas como parte de um processo mais amplo de enfrentamento ao sistema colonial e escravista. Ao mesmo tempo em que representava um espaço alternativo de liberdade, o Quilombo também era visto pelas autoridades coloniais como uma ameaça à ordem social e econômica da colônia, é nesse sentido, que Junior (2013) esclarece que:

A bandeira avança, encontra outros quilombos e outras paragens antigas de quilombolas. [...] Os quilombos continuaram a ser duramente combatidos, ao passo que aumentavam as adesões às ideias de fuga pelos escravos cativos. Os quilombolas que se arriscavam a negociar nos centros urbanos exerciam um papel social de guias para os novos fugitivos. (Junior, 2013, p. 94).

Alguns registros em artigos descrevem a preocupação das autoridades com o crescimento do quilombo, que chegou a reunir centenas de pessoas, desafiando o poder dos senhores de escravos e da coroa portuguesa, nisso “a fuga de escravos e a formação de quilombos preocupavam os administradores coloniais de Vila Bela. A fuga para os domínios castelhanos dificultava a recaptura e impedia a realização de expedições punitivas. (Junior, 2013, p. 89). Assim, as expedições enviadas para destruir a comunidade revelam o medo de que o exemplo do Quariterê inspirasse novas fugas em massa e enfraquecesse o sistema escravista.

O enfrentamento de Tereza de Benguela, não se deu apenas pela guerra, mas também pela criação de novas formas de sociabilidade, nas quais a liberdade era um valor central. Como observa Perrot (2017), a história das mulheres é marcada pela luta para inscrever sua presença em espaços dos quais foram excluídas. No caso de Tereza de Benguela, essa luta se deu em escala coletiva, articulando a resistência de uma comunidade inteira. Um dos aspectos mais notáveis da resistência quilombola no Brasil colonial foi sua capacidade de criar redes de solidariedade entre diferentes comunidades. Referente ao Quilombo do Quariterê, o mesmo não existia de maneira isolada, ele fazia parte de uma ampla teia de contatos e alianças que envolvia outros quilombos, aldeias indígenas e até povoados livres. Sobre essas conexões, Lordelo (2019) destaca que:

A documentação evidencia que esses quilombos não estavam isolados, muitos deles estavam bem próximos das vilas ou arraiais, se estabeleciam em lugares menos vigiados pelas rondas da fronteira ou pela companhia dos capitães do mato, seus moradores praticavam, principalmente, extração de minérios, desenvolviam a agricultura e comercializavam com arraiais mais próximos. (Lordelo, 2019, p. 172).

Nessa perspectiva, Santiago; Silva (2021), destaca que na atualidade existem comunidades remanescentes na mesma região do Quilombo de Quariterê.

No Vale do Guaporé localizam-se, em dias atuais, nove comunidades remanescentes de quilombos: Comunidade Forte Príncipe da Beira, Comunidade Laranjeiras, Comunidade Pedras Negras, Comunidade Rolim de Moura, Comunidade Santa Cruz, Comunidade Santa Fé, Comunidade Santo

Antônio e Comunidade Tarumã. Destas, apenas a Comunidade Jesus localiza-se num afluente do Rio Guaporé, o Rio Miguel. (Santiago; Silva, 2021, p. 171).

Por fim, vale destacar que essas conexões funcionavam como rotas de sobrevivência e de troca, tanto de bens materiais quanto de informações. As relações comerciais com comunidades vizinhas garantiam o abastecimento de ferramentas, sementes e outros utensílios, enquanto a troca de saberes fortalecia a autonomia coletiva. Essa rede de apoio ampliava o alcance da resistência e dificultava as ações repressivas das forças coloniais. Do ponto de vista político, as alianças entre quilombos criaram uma forma de comunicação entre si, baseada na confiança, na reciprocidade e no ideal comum de liberdade. Os contatos entre as lideranças quilombolas formavam um verdadeiro sistema comunicativo, articulado pela necessidade de proteger a vida e o território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação da jornada de Tereza de Benguela e do Quilombo do Quariterê teve como objetivo examinar o peso do papel feminino na resistência quilombola no Brasil colônial, sobretudo entre 1700 e 1770. Ficou comprovado que Tereza não só desempenhou um papel de chefia numa realidade de escravidão opressiva e patriarcal, mas tornou-se um ponto de referência política, social e simbólico na luta pela liberdade. Durante a pesquisa, foi possível constatar que os quilombos devem ser entendidos como áreas para edificação de outras formas de convivência. No caso particular do Quilombo de Quariterê, a comunidade se estruturou de maneira organizada, combinando atividades agrícolas, táticas de defesa militar e ligações culturais diversas, envolvendo africanos, índios e afrodescendentes. Essa diversidade corrobora a ideia de que os quilombos simbolizavam opções de civilização, contrariando a lógica do sistema colonial e escravista.

Outro ponto da pesquisa foi a revelação do papel crucial das mulheres negras na resistência quilombola. A jornada de Tereza de Benguela mostra que mesmo em uma sociedade dominada pelo patriarcado, as mulheres não só integraram as comunidades mas também, lideraram politicamente e militarmente. Essa visão somente aparece quando se combina a análise da história social com a história das mulheres e estudos de gênero. Historiograficamente, o estudo ainda demonstrou como a memória de Tereza de Benguela foi silenciada por séculos, sendo resgatada muito recentemente por movimentos sociais e uma historiografia crítica que valoriza a resistência negra. O reconhecimento oficial de 25 de julho como Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra simboliza essa recuperação e liga sua luta no século XVIII aos desafios atuais das mulheres negras no Brasil.

Desse modo, a pesquisa fundamentou-se em uma revisão bibliográfica crítica de fontes secundárias, passando a investigar a inserção das mulheres nos quilombos e na sociedade colonial, destacando a liderança de Tereza de Benguela no que se refere a organização e protagonismo político. Dessa forma, o estudo buscou fortalecer a memória histórica e valorizar o protagonismo das mulheres negras na formação da sociedade brasileira, promovendo um diálogo entre o passado e as lutas contemporâneas por igualdade racial e de gênero. Por isso, este trabalho adotou uma abordagem qualitativa centrada na análise histórica, social e política para compreender o papel das mulheres no contexto colonial brasileiro, com ênfase na figura de Tereza de Benguela e sua participação nos movimentos de resistência quilombola no século XVIII, especificamente entre 1700 à 1770.

Assim, conclui-se que a análise da jornada de Tereza de Benguela revela um episódio

crucial da história colonial. Ela também nos permite entender as amplas lutas contra a escravidão e a ordem patriarcal, edificando identidades negras no Brasil. Nesse aspecto, Tereza de Benguela representa mais do que um episódio histórico, constitui um símbolo político-cultural contínuo que inspira as reivindicações por igualdade e reconhecimento da cultura afro-brasileira. Recordar sua história reforça a importância de repensar a história com olhares inclusivos, que fazem com que os marginalizados tenham voz. Dessa forma, este estudo enriquece a história das mulheres negras e a memória quilombola. Tereza de Benguela emerge como um ícone de resistência e liberdade. Ela, muito além de uma figura do passado, continua a inspirar as lutas sociais da atualidade. Principalmente, aquelas que clamam por igualdade racial de gênero e justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra Rodrigues; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília-DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Lorena de Lourdes Santos; JULIO, Kelly Lislíe. As mulheres na história da educação colonial: um estudo das produções sobre o tema. **Revista de Educação do Vale do São Francisco**, [S. l.], v. 14, n. 35, p. A6 01–26, 2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BORGES, Francisco Caetano. **Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade**. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, 2001.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"**. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.987, de 2 de junho de 2014. **Dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra**. Brasília, DF, 2014.

CACHIMBO, Luciano; KABILAEWATALA, Renata. Quilombo do Piolho, Teresa de Benguela e Teatro Negro. **Cadernos Naui**: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v.10, n. 18, p. 170-191, jan-jun 2021.

CAMPOS, Luis Augusto; LIMA, Marcia. As transformações do racismo estrutural: Entrevista com Eduardo Bonilla-Silva. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 36, n. 2, p. 261-271, 2024.

CANOVA, Loiva. Antônio Rolim de Moura: Um Ilustrado na Capitania de Mato Grosso. **COLETÂNEAS DO NOSSO TEMPO**, Rondonópolis - MT, v. VII, nº 8, p. 75-86, 2008.

CANOVA, Loiva. Fragmentos da história dos índios bororo nas terras de Mato Grosso. **Revista História e Diversidade**, Cáceres-MT, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 6-23, 2018.

CISNE, Mirla; IANAEL, Fernanda. Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras. **Revista Katálisis**. Florianópolis, v.25, n. 2, p. 191–201, 2022.

CRUZ, Rafaela Matos de Santana; ALMEIDA, Mirianne Santos de. Racismo e identidade negra: Um diálogo com meninas negras. In: JUNIOR, Manuel Alves de Sousa; RANGEL, Tauã Lima Verdan. **Relações étnico-raciais: reflexões, temas de emergência e educação**. Itapiranga: Schreiber, 2022. p. 194-205.

CRUZ, Tereza Almeida. O processo de formação das comunidades quilombolas do vale do Guaporé. *In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* - Conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH-Brasil. Natal-RN. 22 a 26 de julho de 2013.

CRUZ, Tereza Almeida. **Um estudo comparado das relações ambientais de mulheres da floresta do Vale do Guaporé (Brasil) e do Mayombe (Angola) – 1980 – 2010**. 2012. 367 f. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

DE LACERDA, Ana Luiza Valente Marins Drude. **Entre América e Europa: Luiz Pinto de Souza Coutinho e a produção e circulação de conhecimento no final do século XVIII**. 2020. Monografia (Monografia em História) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7º. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DIAS, Fiama de Castro Azevedo; ARAGÃO, Patrícia Cristina de. Mulheres quilombolas: resistência, identidade e feminismo negro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, v. 148(3), e-6628442, 2025.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio. Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na lei 10.639/03. **Revista da ABPN**. v. 5, n. 11, p. 05-28, 2013.

FABRINI, Pollyanna. A marginalização das mulheres negras na história. *In: X COPENE–Congresso Nacional de Pensadores Negros* – (Re) existência intelectual negra e ancestral - 18 anos de enfrentamento. 12 a 17 outubro, Uberlândia-MG. 2018.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

GEMAQUE NETO, José Caldeira; SILVA NETO, Antonio Sabino da; ARAÚJO NETO, Zacarias Alves de; MENEZES, Rubens Alex de Oliveira. Reflexões sobre o branqueamento e branquitude no Brasil. **Revista Contemporânea - Revista de Ética e Filosofia Política**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 6603-6622, 2023.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. V. 16 n.47. p. 333-361. 2011.

GOMES, Flavio dos santos. Quilombos/remanescentes de quilombos. *In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (org.). Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 387-393.

HERBERTS, Ana Lucia. **Os Mbaya-Guaicuru**: Area, Assentamento, Subsistencia E Cultura Material. São Leopoldo, maio de 1998.

HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos: O Breve Século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

JESUS, Nauk Maria de. A capitania de Mato Grosso: história, historiografia e fontes. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 93–113, 2012.

JESUS, Nauk Maria de. **O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII**. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

JUNIOR, Emmanuel de Almeida Farias. Negros do Guaporé: o sistema escravista e as territorialidades específicas. **RURIS**, Campinas, SP, v. 5, n. 2, p. 85-116, 2013.

KONKEL, Eliane Nilsen; CARDOSO, Maria Angélica; HOFF, Sandino. A condição social e educacional das mulheres no Brasil Colonial e Imperial. **Roteiro**, Joaçaba, v.30, n. 1, p. 35-60, 2005.

LACERDA, Thays de Campos. Tereza de Benguela: identidade e representatividade negra. **Revista de Estudos Acadêmicos de Letras**, v. 12, n. 2, p. 89-96, 2019.

LOPES, Nei; MACEDO, José Rivair. **Dicionário de história da África: Séculos VII a XVI**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LORDELO, Monique Cristina de Souza. **Indígenas, escravizados negros e homens livres na fronteira do Mato Grosso, Bolívia e Paraguai: fugas, contrabando e resistência (1750-1850)..** Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MACHADO, Maria de Fátima Roberto. Quilombos, Cabixis e Caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII. *In: Anais da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Goiânia, junho de 2006.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu-PR, 1 (1), p. 12-32, 2017.

MOHR, Danielle Palagano da Rocha; SANTINHO, Gabriela Di Donato Salvador; BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. Educação escolar quilombola: afirmação e valorização de uma identidade quilombola. **Cadernos de estudos culturais**, Campo Grande, MS, v. 2, p. 9-29, 2022.

MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil colônia**. São Paulo: Contexto, 2017.

MOREIRA, Camila. Branquitude é branquidade? Uma revisão teórica da aplicação dos termos no cenário brasileiro. **Revista da ABPN**. v. 6, n. 13, p. 73-87, 2014.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 5ª ed. Teresina: EDUESPI, 2021.

MOURA, Clóvis. **Racismo e luta de classes no Brasil**. Editora Terra Sem Amos: Brasil, 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. O Quilombismo, 2ª ed. Brasília/Rio de Janeiro: **Fundação Palmares/OR**, Editor Produtor Editor, 2012.

NASCIMENTO, Dulcilene Ribeiro Soares. Androcentrismo, a construção da dominação cultural masculina. **COGNITIONIS Scientific Journal**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 1–7, 2020.

OLIVEIRA, Ione Soares de. As representações femininas no Brasil colonial: ausência de narrativas femininas na historiografia brasileira durante o período colonial brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 464-472, jan. 2021.

OLIVEIRA, R. (Org.). **Uma História do Povo Kalunga**. Brasília: Ministério de Educação - MEC, 2001.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

RATTS, Alex (Org.). **Beatriz Nascimento: Uma história feita por mãos negras**. São Paulo: Zahar, 2021.

RODRIGUES, Bruno Pinheiro. “**Homens de Ferro, Mulheres de Pedra**: resistências e readaptações identitárias de africanos escravizados. Do hinterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809)”. Tese de Doutorado. Cuiabá, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2015.

RODRIGUES, Bruno Pinheiro. “Homens de Ferro, Mulheres de Pedra”: Fugas e formações de quilombos nas fronteiras entre as coroas portuguesa e espanhola (século XVIII-1809). **Revista História e Diversidade**. Dossiê: Fronteiras em perspectivas, Vol. 8, nº 1, 2016.

RODRIGUES, Bruno. A luz de Tereza de Benguela não apagará o dito e o não-dito pelas fontes históricas. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v. 19, n. 1, p. 494-513, 2022.

ROSA, Leandro da Silva. **Os quilombos do Vale do Ribeira e o movimento social: o movimento dos ameaçados por barragens do Vale do Ribeira (MOAB)**. 2007. 172 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007.

SÁ JUNIOR, Mario Teixeira de. **Malungos do sertão: cotidiano, práticas mágicas e feitiçaria no Mato Grosso setecentista**. 2008.

SÁ JUNIOR, Mario Teixeira de. Outros guardiões de uma mesma fronteira: o papel do Quilombo do Quariterê na Fronteira Oeste Do Mato Grosso (Século XVIII). **Rev. Hist. UEG** - Anápolis, v.4, n.1, p. 01-16, jan./jun. 2015.

SANTIAGO, Joely Coelho; SILVA, Rosália Aparecida da. Vozes femininas ancestrais: histórias das mulheres quilombolas do vale do Guaporé em Rondônia. **Rev. Igarapé**, Porto Velho (RO), v.14, n.2, p. 161-177, 2021.

SANTOS, Angela Maria dos. **Quilombos na fronteira Oeste Mato-grossense: memória social e processos educativos não-escolares nas Comunidades Exu e Pita Canudo**. Tese

(doutorado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2019.

SCHWARCZ, Lília Moritz.; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, 20(2), p. 71-99, 1995.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. (org.). **A Escrita da História: Novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 63-95.

SILVA, Giselda Shirley da; SILVA, Vandeir José da. Quilombos brasileiros: Alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil. **Revista Mosaico**, v. 7, n. 2, p. 191-200, 2014.

SILVA, Manuela Arruda dos Santos Nunes da. Tereza De Benguela: Uma história do tempo presente (1994 - 2014). In: **33º Simpósio Nacional de História, Os (des)confortos da história e os futuros do ensino de história**. Belo Horizonte-MG. 13-18/07/2025.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campos, 1997. p. 399-429.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ZAMARIAM, Julho; LEOCÁDIO, Leandro Cesar; PEREIRA, Danielle Manoel dos Santos. **História do Brasil colonial**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.

REFERÊNCIAS: IMAGENS

Figura 1

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:F%C3%A9lix_Vallotton,_1911_-_Femme_noire_assise_de_face_\(2\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:F%C3%A9lix_Vallotton,_1911_-_Femme_noire_assise_de_face_(2).jpg). Acesso em: 04 nov. 2025.

Figura 2

VIANA, Ana Beatriz Lamego. Cartografia dos quilombos mato-grossenses no século XVIII: estratégias e usos do espaço. In: **33º Simpósio Nacional de História, Os (des)confortos da história e os futuros do ensino de história**. Belo Horizonte-MG. 13-18/07/2025.

Figura 3

<https://primeirosnegros.com/tereza-de-benguela/regiao-do-quilombo-do-quaritere/>. Acesso em: 04 nov. 2025.